

[TRADUÇÃO LIVRE]

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS**  
["UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION"]  
Washington, D.C. 20549

---

**FORMULÁRIO 6-K**  
**Declaração de emissor privado estrangeiro**  
**de acordo com a Norma 13a-16 do *Securities Exchange Act 1934***

**Para o mês de Março de 2014**  
**Número de processo da Comissão 1-13758**

---

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**  
(Nome exato da registrante)

**Av. Fontes Pereira de Melo, 40**  
**1690-300 Lisboa**  
(Endereço da sede social)

Indique se a registrante arquivou ou irá arquivar o relatório anual sob a forma de Formulário 20-F ou de Formulário 40-F.

Formulário 20-F  Formulário 40-F

Indique se a registrante irá arquivar o presente Formulário 6-K em formulário conforme requerido pela Norma S-T 101(b)(1):

Sim  Não

Indique se a registrante irá arquivar o presente Formulário 6-K em formulário conforme requerido pela Norma S-T 101(b)(7):

Sim  Não

Indique se a registrante, ao arquivar o presente Formulário 6-K, fornece igualmente à Comissão as informações requeridas pela Norma R12g3-2(b) do *Securities Exchange Act* de 1934.

Sim  Não

Se for indicado "Sim" indique abaixo o número atribuído à registrante de acordo com a Norma 12g3-2(b):

---

**Nota explicativa:** O presente relatório arquivado sob a forma de um Formulário 6-K contém informações relativas à Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") e à proposta de combinação dos negócios (a "Combinação dos Negócios") da Portugal Telecom com a Oi S.A. ("Oi") e a TmarPart S.A. ("TmarPart") e inclui (1) os demonstrativos financeiros não auditados da TmarPart ajustados de forma a refletir o efeito referente a proposta de Combinação dos Negócios (*pro forma*), nomeadamente a proposta de aumento de capital a realizar na Oi (incluindo a contribuição das ações da PT Portugal, SGPS, S.A., a sociedade filial da Portugal Telecom ("PT Portugal") que terá por objetivo de deter todos os ativos (à exceção das participações diretas ou indiretas na Oi, na Contax Participações S.A. e na Bratel B.V.) e passivos operacionais da Portugal Telecom à data dessa contribuição (a "Contribuição dos Ativos PT") em contrapartida de ações ordinárias e preferenciais da Oi que serão emitidas no âmbito do aumento de capital da Oi), à proposta de incorporação de ações da Oi na TmarPart, à proposta de fusão por incorporação da Portugal Telecom na TmarPart, e a outras etapas da Combinação dos Negócios, e (2) as contas consolidadas auditadas da TmarPart em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, assim como relativas aos três últimos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2013 usados para a elaboração dos demonstrativos financeiros *pro forma* não auditados da TmarPart.

O presente relatório arquivado sob a forma de um Formulário 6-K é incorporado por referência e será considerado parte integrante do documento (*Information Statement*) com data do 10 de Março de 2014 (o "Documento") junto em Anexo 1 ao Formulário 6-K arquivado pela Portugal Telecom em data do 11 de Março de 2014.

**O Documento foi preparado exclusivamente no âmbito da assembleia geral dos acionistas que analisará a Contribuição dos Ativos PT. A informação incluída neste relatório arquivado sob a forma de um Formulário 6-K é incorporada por referência e será considerada parte integrante do Documento de Informação no intuito de fornecer mais informação relativa à Combinação dos Negócios na medida em que a Contribuição dos Ativos PT constitui uma etapa da dita Combinação dos Negócios. Nem o Documento de Informação nem o presente relatório arquivado sob a forma de um Formulário 6-K constituem um documento de oferta ou uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra de valores mobiliários ou uma solicitação de qualquer voto ou aprovação.**

#### **Declarações referentes a eventos futuros:**

O presente comunicado contém declarações referentes a eventos futuros. Constituem declarações referentes a eventos futuros as declarações que não se referem a eventos ocorridos no passado, nomeadamente declarações que se referem a convicções e expectativas da Portugal Telecom, da Oi e da TMarPart, entidade que irá resultar da combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi ("CorpCo"), estratégias de negócio, sinergias futuras e poupança de custos, custos futuros e liquidez futura. Os termos "antecipa", "pretende", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "irá", "será", "poderá", "deverá", "poderia", "deveria", "tem como objetivo" e expressões similares atribuíveis à Portugal Telecom, à Oi ou à CorpCo, têm por objetivo indicar declarações referentes a eventos futuros. Essas declarações refletem a visão atual da administração da Portugal Telecom, da Oi e da CorpCo e estão sujeitas a diversos riscos e incertezas. Não há nenhuma garantia de que os eventos, tendências ou resultados esperados venham a ocorrer. Essas declarações estão baseadas em diversas premissas e fatores, inclusive condições gerais da economia, do mercado, da indústria, aprovações societárias, fatores operacionais ou de outra natureza. Quaisquer alterações nessas premissas ou fatores poderão ter como consequência resultados práticos materialmente diferentes das expectativas atuais. Quaisquer declarações referentes a eventos futuros que nos sejam atribuíveis ou atribuíveis a pessoas que atuem por nossa conta, são expressamente qualificadas na sua totalidade pelo presente aviso. As declarações referentes a eventos futuros reportam-se somente à data em que foram feitas. Exceto quando tal for obrigatório nos termos da legislação do mercado de capitais norte-americana ou demais legislação e regulamentação da SEC ou de outras autoridades regulatórias nas demais jurisdições aplicáveis, a PT, a Oi ou a CorpCo e as suas entidades afiliadas não são obrigadas nem pretendem rever ou publicar quaisquer alterações sobre as previsões e declarações referentes a eventos futuros referidos nesta comunicação em razão da alteração de acontecimentos em curso ou futuros ou seus desenvolvimentos, nem de eventuais alterações nos pressupostos ou outros fatores tidos em consideração para efeitos da emissão das declarações referentes a eventos futuros aqui contidos. Advertem-se, no entanto, os investidores para o facto de deverem consultar as divulgações adicionais que a PT, a Oi ou a CorpCo venham a fazer sobre assuntos relacionados em relatórios ou comunicados arquivados na SEC.

## ASSINATURAS

De acordo com os requisitos do *Securities Exchange Act* de 1934, a registrante solicitou e autorizou devidamente o abaixo-assinado para assinar o presente relatório em seu nome.

Data: 12 de Março de 2014

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

Por: /s/ Nuno Vieira

Nome: Nuno Vieira

Título: Director – Investor Relations

## ÍNDICE DOS ANEXOS

<u>Anexo</u>	<u>Descrição do Anexo</u>
1	Demonstrativos financeiros <i>pro-forma</i> não auditados da Telemar Participações S.A.
2	Contas consolidadas auditadas da Telemar Participações S.A. e das suas Filiais em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, assim como relativas aos três últimos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2013.

## Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas da TmarPart

As informações financeiras pro forma da TmarPart apresentadas a seguir foram extraídas dos seguintes documentos:

- demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da TmarPart de 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB (“IFRS”), incluídas no Anexo 2 do presente relatório no Formulário 6-K; e
- as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Portugal Telecom de 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as IFRS, incluídas no atual relatório no Formulário 6-K da Portugal Telecom, entregue à SEC no dia 12 de março de 2014, o qual continha as demonstrações financeiras anuais auditadas da Portugal Telecom de 31 de dezembro de 2013 e 2012, e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 (“Relatório de Demonstrações Financeiras”).

Conforme descrito nas presentes informações financeiras pro forma não auditadas, a emissão e a venda pela TmarPart de dívida conversível em ações será realizadas com o objetivo de recapitalizar a TmarPart e permitir que esta liquide a sua dívida em aberto, antes da incorporação de ações e da incorporação. Conforme descrito nas presentes informações financeiras pro forma não auditadas, o aumento de capital da Oi, a incorporação de ações e a incorporação são etapas da combinação de negócios da TmarPart, da Oi e da Portugal Telecom. A combinação de negócios deverá fazer com que (1) a Oi passe a ser a proprietária dos ativos incluídos nas operações da Portugal Telecom em Portugal, na África e na Ásia, (2) Oi se transforme em uma controlada integral da TmarPart e (3) os acionistas da Oi e da Portugal Telecom passem a ser acionistas da TmarPart. **O presente relatório no Formulário 6-K não corresponde a uma oferta de ações, a emitir na incorporação de ações ou na incorporação, por parte da Portugal Telecom, da TmarPart ou da Oi através.**

As informações financeiras pro forma não auditadas foram preparadas como se:

- a emissão das debêntures da TmarPart e a utilização dos respectivos proventos;
- o aumento de capital da Oi, inclusive o aporte de todas as ações da PT Portugal à Oi em troca das ações ordinárias e das ações preferenciais da Oi a emitir nesse aumento de capital;
- a incorporação de ações;
- a incorporação da TmarPart e da Oi pelas holdings detentoras das ações destas empresas; e
- a incorporação,

tivessem sido concluídos em 31 de dezembro de 2013 para efeitos do balanço patrimonial pro forma em 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2013 para efeitos das demonstrações do resultados pro forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As premissas e ajustes pro forma estão descritos nas notas explicativas apresentadas a seguir.

As informações financeiras pro forma não auditadas deve ser lido em conjunto com as notas explicativas apresentadas a seguir, as demonstrações financeiras consolidadas históricas da TmarPart e da Portugal Telecom de 31 de dezembro de 2013 e 2012 e as respectivas notas explicativas.

As informações financeiras pro forma não auditadas são fornecidas apenas para fins ilustrativos e não têm por finalidade representar, nem os seus usuários devem nelas se basear como indicativo (1) de quais seriam os efetivos resultados das operações consolidadas e a posição patrimonial e financeira consolidada da TmarPart caso a emissão das suas debêntures cisão e a utilização dos respectivos proventos, o aumento de capital da Oi, a incorporação de ações, a incorporação das holdings e a incorporação tivessem ocorrido nas datas base aqui utilizadas ou (2) os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira consolidados futuros da Sociedade.

As informações financeiras pro forma não auditadas não refletem, por exemplo, (1) nenhum custo de integração que possa ter sido incorrido em virtude do aporte de todas as ações da PT Portugal à Oi, da incorporação de ações e da incorporação, (2) eventuais sinergias, eficiências operacionais e economias de custos que possam advir dessa operação, 3) quaisquer efeitos da incorporação de ações, (4) eventuais benefícios que possam ser obtidos com as perspectivas de crescimento da sociedade combinada, ou (4) eventuais mudanças nas tarifas dos serviços ou taxas de câmbio subsequentes às datas base das informações financeiras pro forma não auditadas. A TmarPart não conclui as operações descritas anteriormente. Por conseguinte, poderão ser incorridos passivos adicionais relacionados a estas operações. Eventuais passivos e custos adicionais não se encontram refletidos nas informações financeiras pro forma não auditadas uma vez que as informações necessárias para fazer uma estimativa razoável de tais custos ainda não se encontram disponíveis.

**TmarPart**  
**Demonstração da Posição Financeira Pro Forma Não auditada**  
**Em 31 de Dezembro de 2013**  
**(em milhões de reais)**

Telemar Participações Pro Forma Demonstração da Posição Financeira 31 de dezembro de 2013	Telemar Participações	Dívida convertível (A)	Aumento de capital da Oi		Aumento de capital à vista (D)	Incorporação da Oi (E)	incorporação das holdings (F)	Pro forma da Telemar Participações
			Acervo Líquido da PT Portugal (B)	Alocação do preço de aquisição do Acervo Líquido da PT Portugal (C)				
<b>ATIVO</b>								
<b>Ativo circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	2.485	169	616	—	—	—	62	3.332
Aplicações financeiras	493	—	2.978	—	—	—	—	3.470
Instrumentos financeiros derivativos	452	—	—	—	—	—	—	452
Contas a receber	8.872	—	3.809	—	—	—	0	12.682
Depósitos judiciais	1.316	—	—	—	—	—	—	1.316
Outros valores e bens	4.141	—	751	—	—	—	10	4.903
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>17.760</b>	<b>169</b>	<b>8.155</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>73</b>	<b>26.156</b>
<b>Ativo não circulante</b>								
Aplicações financeiras	99	—	—	—	—	—	—	99
Instrumentos financeiros derivativos	1.621	—	—	—	—	—	—	1.621
Impostos diferidos ativos	4.476	—	1.161	(1.376)	—	—	1.700	5.961
Ativo financeiro disponível para venda	914	—	—	(914)	—	—	—	—
Depósitos judiciais	11.051	—	—	—	—	—	2	11.053
Investimentos financeiros	174	—	1.738	1.441	—	—	—	3.352
Imobilizado	25.926	—	11.201	—	—	—	1	37.128
Ágio	—	—	—	11.307	—	—	—	11.307
Intangível	14.797	—	2.338	4.540	—	—	—	21.675
Outros valores e bens	1.588	—	12	—	—	—	1	1.602
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>60.646</b>	<b>—</b>	<b>16.451</b>	<b>14.997</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.704</b>	<b>93.797</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>78.405</b>	<b>169</b>	<b>24.606</b>	<b>14.997</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.777</b>	<b>119.954</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>								
<b>LÍQUIDO</b>								
<b>Passivo circulante</b>								
Contas a pagar	5.385	—	3.004	—	—	—	0	8.390
Empréstimos e financiamentos	5.150	(992)	5.430	—	(7.650)	—	—	1.938
Instrumentos financeiros derivativos	410	—	—	—	—	—	—	410
Provisões	1.224	—	289	—	—	—	3	1.515
Outros passivos circulantes	4.366	—	1.130	—	—	—	2	5.498
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>16.535</b>	<b>(992)</b>	<b>9.853</b>	<b>—</b>	<b>(7.650)</b>	<b>—</b>	<b>5</b>	<b>17.751</b>
<b>Passivo não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	33.962	(2.267)	19.152	—	—	—	—	50.847
Instrumentos financeiros derivativos	157	—	—	—	—	—	—	157
Provisões	4.409	—	7	65	—	—	—	4.482
Outros passivos não circulantes	6.787	—	4.064	—	—	—	8	10.859
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>45.315</b>	<b>(2.267)</b>	<b>23.223</b>	<b>65</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8</b>	<b>66.344</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>61.850</b>	<b>(3.259)</b>	<b>33.076</b>	<b>65</b>	<b>(7.650)</b>	<b>—</b>	<b>13</b>	<b>84.095</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
<b>Patrimônio líquido atribuível aos</b>								
acionistas controladores	1.079	3.428	—	—	—	28.493	1.764	34.764
acionistas não controladores	15.476	—	(8.471)	14.932	7.650	(28.493)	—	1.095
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>16.555</b>	<b>3.428</b>	<b>(8.471)</b>	<b>14.932</b>	<b>7.650</b>	<b>—</b>	<b>1.764</b>	<b>35.858</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>78.405</b>	<b>169</b>	<b>24.606</b>	<b>14.997</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.777</b>	<b>119.954</b>

**Vide as notas explicativas das Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas da TmarPart.**

**TmarPart**  
**Demonstração do Resultado Pro Forma Não Auditada**  
**Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013**  
(em milhões de reais)

Demonstração do Resultado Pro Forma da Telemar Participações para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013	Telemar Participações	Receita e despesa do Acervo Líquido da PT Portugal (B)	Efeitos da alocação do preço de aquisição do Acervo Líquido da PT Portugal (C)	Incorporação da Oi (E)	incorporação das holdings (F)	incorporação da Portugal Telecom (G)	Pro forma da Telemar Participações
Receita operacional líquida	28.422	8.247	—	—	—	—	36.669
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(16.585)	(5.191)	(346)	—	—	—	(22.122)
<b>Lucro bruto</b>	<b>11.838</b>	<b>3.056</b>	<b>(346)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>14.547</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>							
Resultado da equivalência patrimonial	(18)	1.263	(168)	—	—	—	1.078
Despesas com vendas	(5.554)	(674)	—	—	—	—	(6.228)
Despesas gerais e administrativas	(3.676)	(1.356)	(107)	—	(5)	(34)	(5.179)
Outras receitas operacionais	3.128	125	—	—	—	—	3.253
Outras despesas operacionais	(1.918)	(115)	—	—	—	—	(2.033)
	<b>(8.038)</b>	<b>(757)</b>	<b>(275)</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>	<b>(34)</b>	<b>(9.110)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>3.800</b>	<b>2.299</b>	<b>(621)</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>	<b>(34)</b>	<b>5.438</b>
<b>Resultado financeiros:</b>							
Receitas financeiras	1.396	428	—	—	—	—	1.824
Despesas financeiras	(4.983)	(1.392)	—	—	—	—	(6.376)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>212</b>	<b>1.335</b>	<b>(621)</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>	<b>(34)</b>	<b>886</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>							
Corrente	(420)	(164)	—	—	—	—	(584)
Diferidos	383	(17)	137	—	—	—	502
<b>Lucro líquido</b>	<b>175</b>	<b>1.154</b>	<b>(484)</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>	<b>(34)</b>	<b>805</b>
<b>Lucro atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>(271)</b>	<b>990</b>	<b>(443)</b>	<b>446</b>	<b>(5)</b>	<b>(34)</b>	<b>683</b>
Lucro atribuível aos acionistas não controladores	446	163	(42)	(446)	—	—	122
<b>Média ponderada de ações em circulação (em milhões de ações)</b>	<b>3.016</b>						<b>4.855</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas controladores (em reais):</b>	<b>(0,08975)</b>						<b>0,14068</b>

**Vide as notas explicativas das Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas da TmarPart.**

## Notas Explicativas às Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas da TmarPart

### 1. Base da apresentação

As informações financeiras pro forma da TmarPart aqui apresentadas foram extraídas dos seguintes documentos:

- demonstrações financeiras consolidadas históricas da TmarPart de 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as IFRS, incluídas no Anexo 2 do presente relatório no Formulário 6-K; e
- demonstrações financeiras consolidadas históricas da Portugal Telecom de 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as IFRS, incluídas no Relatório de Demonstrações Financeiras.

Está previsto que:

- a liquidação das debêntures da TmarPart emitidas para a AG Telecom e a LF Tel;
- a incorporação de ações;
- a incorporação da AG Telecom e da PASA, a incorporação da LF Tel e da EDSP, a incorporação da PASA e da Bratel Brasil e a incorporação da EDSP e da Bratel Brasil, a incorporação da Bratel Brasil e da Oi, a incorporação da Venus com a Oi e a incorporação da Sayed com a Oi, além da incorporação da Bratel BV com a Portugal Telecom; e
- a incorporação,

sejam concluídas na mesma data da aprovação da incorporação de ações e da incorporação pelos acionistas da TmarPart, da Oi e da Portugal Telecom.

### 2. Tratamento contábil

#### (i) *Tratamento contábil da aquisição da PT Portugal*

De acordo com as IFRS e para efeitos destas informações financeiras pro forma combinadas não auditadas, a aquisição das PT Portugal foi contabilizada pelo método de aquisição, segundo o qual os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis, além de qualquer participação minoritária nas controladas da PT Portugal devem ser registrados pelo seu valor justo.

#### (ii) *Tratamento contábil da incorporação de ações*

Como a incorporação de ações terá a forma de uma reorganização de entidades sob controle comum, esta operação será contabilizada pelo método do custo histórico, segundo o qual as demonstrações financeiras da TmarPart registrarão os vários contábeis históricos dos ativos e passivos da Oi desde a data da incorporação de ações.

#### (iii) *Tratamento contábil da incorporação*

Devido ao fato de que, antes da incorporação, (1) a TmarPart, através da sua controlada consolidada, Oi, registrará a aquisição da PT Portugal pelo método de aquisição, (2) os benefícios fiscais relacionadas às incorporações das holdings intermediárias serão registrados pela TmarPart e (3) a incorporação de ações já ter ocorrido, a Portugal Telecom não terá nenhum ativo ou passivos além do seu investimento na TmarPart no momento da incorporação. Consequentemente, a incorporação não terá nenhum efeito contábil nas demonstrações financeiras consolidadas da TmarPart além do reconhecimento das ações ordinárias desta detidas pela Portugal Telecom como ações de tesouraria.

---

### 3. Premissas e ajustes pro forma

As informações financeiras pro forma não auditadas da TmarPart foram elaboradas no pressuposto de que:

- a emissão das debêntures da TmarPart e a utilização dos respectivos proventos;
- o aumento de capital da Oi, inclusive o aporte de todas as ações da PT Portugal à Oi em troca das ações ordinárias e das ações preferenciais da Oi a emitir nesse aumento de capital;
- a incorporação de ações;
- a incorporação da AG Telecom e da PASA, a incorporação da LF Tel e da EDSP, a incorporação da PASA e da Bratel Brasil e a incorporação da EDSP e da Bratel Brasil, a incorporação da Bratel Brasil e da Oi, a incorporação da Venus com a Oi e a incorporação da Sayed com a Oi, além da incorporação da Bratel B.V. com a Portugal Telecom; e
- a incorporação,

ocorreram em 1º de janeiro de 2013 para efeitos da demonstração do resultado e 31 de dezembro de 2013 para efeitos do balanço patrimonial.

As informações financeiras pro forma não auditadas da TmarPart incluem as seguintes premissas e ajustes significativos:

- (A) A emissão de debêntures da TmarPart no valor principal total de R\$ 3.428 milhões, subscritas pela AG Telecom e a LF Tel, cujos proventos serão utilizados pela TmarPart para resgatar a dívida líquida em aberto, mas mantendo os saldos de caixa provisionados para pagar os juros acumulados em conexão com essa dívida.
- (B) O valor contábil do acervo líquido da PT Portugal, obtido com base nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom. As tabelas a seguir apresentam uma reconciliação entre as informações financeiras da Portugal Telecom, obtidas a partir das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2013, e o valor contábil do acervo líquido da PT Portugal que a Portugal Telecom irá aportar à Oi em conexão com o aumento de capital desta, além dos seus lucros e perdas que serão consolidados pela TmarPart como se as operações tivessem sido realizadas em 1º de janeiro de 2013.
-

Reconciliação entre Portugal Telecom e Acervo PT em 31 de dezembro de 2013	Euros			Pro forma do Acervo PT (iv)	Pro forma dos Acervo PT Reais (v)
	Portugal Telecom (i)	Realocação de passivos para adequá-los ao formato brasileiro (ii)	Ativos não aportados ao aumento de capital da Oi (iii)		
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.659	—	(1.470)	189	616
Aplicações financeiras	914	—	—	914	2.978
Contas a receber	1.169	—	—	1.169	3.809
Outros ativos circulantes	231	—	—	231	751
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.973</b>	<b>—</b>	<b>(1.470)</b>	<b>2.503</b>	<b>8.155</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Investimentos em coligadas e outros	534	—	—	534	1.738
Investimento em <i>joint ventures</i>	2.408	—	(2.408)	—	—
Ágio	381	—	(381)	—	—
Intangível	718	—	—	718	2.338
Imobilizado	3.438	—	—	3.438	11.201
Impostos diferidos	565	—	(208)	356	1.161
Outros ativos não circulantes	4	—	—	4	12
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.047</b>	<b>—</b>	<b>(2.997)</b>	<b>5.050</b>	<b>16.451</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.020</b>	<b>—</b>	<b>(4.467)</b>	<b>7.553</b>	<b>24.606</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Dívida de curto prazo	1.492	175	—	1.667	5.430
Contas a pagar e provisão para despesas	1.103	(181)	—	922	3.004
Provisões	89	—	—	89	289
Outros passivos circulantes	341	6	—	347	1.130
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.025</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.025</b>	<b>9.853</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Dívida de médio e longo prazos	5.879	—	—	5.879	19.152
Provisões	2	—	—	2	7
Outros passivos não circulantes	1.248	—	—	1.248	4.064
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7.129</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>7.129</b>	<b>23.223</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>10.154</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.154</b>	<b>33.076</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas</b>					
controladores	1.641	—	(4.467)	(2.826)	(9.205)
Acionistas não controladores	225	—	—	225	735
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.867</b>	<b>—</b>	<b>(4.467)</b>	<b>(2.600)</b>	<b>(8.471)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>12.020</b>	<b>—</b>	<b>(4.467)</b>	<b>7.553</b>	<b>24.606</b>

Reconciliação entre os lucros e prejuízos da Portugal Telecom e do Acervo PT para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Euros				
	Portugal Telecom (i)	Realocação das despesas por natureza para despesas por função (ii)	Despesas não relacionadas ao Acervo PT (iii)	Pro forma do Acervo PT (iv)	Pro forma do Acervo PT Reais (v)
Receita	2.911	(36)	—	2.875	8.247
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	—	(1.810)	—	(1.810)	(5.191)
<b>Lucro operacional líquido</b>	<b>2.911</b>	<b>(1.846)</b>	<b>—</b>	<b>1.065</b>	<b>3.056</b>
<b>Custos, perdas e (receita)</b>					
Ordenados e salários	(399)	399	—	—	—
Custos diretos	(459)	459	—	—	—
Custos comerciais	(310)	310	—	—	—
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(513)	513	—	—	—
Impostos indiretos	(42)	42	—	—	—
Provisões e ajustes	(26)	26	—	—	—
Depreciações e amortizações	(726)	726	—	—	—
Custos pós-aposentadoria	(40)	40	—	—	—
Custos do programa de redução de efetivos	(127)	127	—	—	—
Outros custos	77	(77)	—	—	—
	<b>(2.566)</b>	<b>2.566</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Resultado da equivalência patrimonial	—	438	2	440	1.263
Despesas com vendas	—	(235)	—	(235)	(674)
Despesas gerais e administrativas	—	(485)	12	(473)	(1.356)
Outras receitas operacionais	—	44	—	44	125
Outras despesas operacionais	—	(40)	—	(40)	(115)
	<b>—</b>	<b>(278)</b>	<b>14</b>	<b>(264)</b>	<b>(757)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>345</b>	<b>442</b>	<b>14</b>	<b>801</b>	<b>2.299</b>
<b>Resultado financeiros:</b>					
Receitas financeiras	—	149	—	149	428
Despesas financeiras	—	(485)	—	(485)	(1.392)
Juros passivos líquidos	(257)	257	—	—	—
Equivalência em coligadas	443	(443)	—	—	—
Equivalência em negócios conjuntos	(2)	2	—	—	—
Outras despesas financeiras	(79)	79	—	—	—
	<b>105</b>	<b>(441)</b>	<b>—</b>	<b>(336)</b>	<b>(964)</b>
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>450</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>465</b>	<b>1.335</b>
Imposto de renda	(62)	(1)	—	(63)	(181)
<b>Lucro líquido</b>	<b>388</b>	<b>(0)</b>	<b>14</b>	<b>402</b>	<b>1.154</b>
<b>Lucro atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>331</b>	<b>(0)</b>	<b>14</b>	<b>345</b>	<b>990</b>
Lucro atribuível aos acionistas não controladores	57	(0)	—	57	163

- (i) Esta reconciliação não auditada baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Portugal Telecom de 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as IFRS.
- (ii) As reconciliações do balanço patrimonial e da demonstração do resultado incluem certas reclassificações de itens entre rubricas de modo a reconciliar os formatos das demonstrações financeiras utilizadas em Portugal e no Brasil. Essas diferenças são particularmente relevantes na demonstração do resultado, refletindo sobretudo o seguinte:
- a Portugal Telecom apresenta a demonstração do resultado por natureza, enquanto a Oi apresenta essa mesma demonstração por função e, por conseguinte, os custos operacionais da Portugal Telecom por natureza, nomeadamente ordenados e salários, manutenções e consertos, materiais e serviços de terceiros, provisões e depreciações e amortizações, foram classificados por função.
  - A Portugal Telecom apresenta o resultado de equivalência nos lucros de afiliadas em seus resultados financeiros, enquanto a Oi apresenta esse resultado em receitas (despesas) operacionais.



- A Portugal Telecom apresenta os resultados financeiros em uma base líquida, segregados em juros líquidos, variações cambiais líquidas e outros resultados financeiros; a Oi apresenta esses resultados pelos valores brutos, segregadas apenas em despesas financeiras e receitas financeiras.
- (iii) Estes itens de conciliação representam ativos, passivos, lucros e despesas não relacionadas ao acervo líquido da PT Portugal que a Portugal Telecom irá aportar em conexão com o aumento de capital da Oi, refletindo principalmente:
- Os equivalentes de caixa que estão previstos para a aquisição e conversão das debêntures da PASA e as da EDSP, no valor total de € 1.470 milhões (R\$ 4.788 milhões).
  - O valor contábil dos investimentos da Portugal Telecom na Oi, na Contax e nas suas controladoras (Telemar Participações, AG Telecom Participações, LF-Tel e CTX Participações), no valor total de € 2.408 milhões.
  - O ágio total registrado na demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, no valor de € 381 milhões.
  - Os impostos diferidos de € 208 milhões relacionados aos prejuízos fiscais, em virtude da combinação de negócios, que muito provavelmente já não será possível realizar.
- (iv) As informações financeiras pro forma não auditadas do acervo líquido da PT Portugal são fornecidas apenas para fins ilustrativos e não têm por finalidade representar, nem os seus usuários devem nelas se basear como indicativo (a) de quais seriam os resultados consolidados efetivos das operações e da posição patrimonial e financeira consolidada da PT Portugal caso as operações descritas a seguir tivessem ocorrido nas datas base aqui utilizadas, ou (b) os efetivos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira futuros consolidados da PT Portugal. As informações financeiras pro forma não auditadas não refletem, por exemplo, (x) quaisquer sinergias, eficiências operacionais e economias que poderão advir dessas operações ou (y) mudanças nas tarifas de serviços ou taxas de câmbio posteriores à data base dessas informações financeiras. A PT Portugal não conclui as operações descritas anteriormente. Por conseguinte, poderão ser incorridos passivos adicionais relacionados a estas operações. Eventuais passivos e custos adicionais não se encontram refletidos nas informações financeiras pro forma não auditadas uma vez que as informações necessárias para fazer uma estimativa razoável de tais custos ainda não se encontram disponíveis.
- (v) A conversão de Euros para Reais foi realizada de acordo com a IAS 21 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, utilizando, no caso do balanço patrimonial, a taxa de câmbio do Euro/Real de 31 de dezembro de 2013 (€1 = R\$3,26) e no caso da demonstração do resultado, a taxa de câmbio médio do exercício findo nessa data (€1 = R\$2,86).
- (C) A alocação do preço de aquisição preliminar realizada pela TmarPart em relação aos ativos e passivos da PT Portugal. Os ajustes pro forma da demonstração de posição financeira refletem o reconhecimento do ajustes a valor justo (1) das licenças detidas pelos negócios de telefonia móvel portugueses da PT Portugal, (2) da carteira de clientes negócios de telefonia celular e fixa portugueses e (3) a autorização e a carteira de clientes das participações da PT Portugal em afiliadas africanas. Além disso, estes ajustes pro forma também incluem a reclassificação do investimento da TmarPart em ações ordinárias da Portugal Telecom, que estão classificadas como disponíveis para venda nas suas demonstrações financeiras consolidadas históricas, como ações em tesouraria da Portugal Telecom, porque após o aumento de capital da Oi, os únicos ativos da Portugal Telecom serão os seus investimentos na TmarPart e na Oi. Os ajustes da pro forma da demonstração do resultado refletem a amortização dos ajustes a valor justo (1) das licenças detidas pelos negócios de telefonia móvel portugueses da PT Portugal, com base nos termos de concessão e licença, e (2) da carteira de clientes por um prazo de cinco anos. A tabela a seguir apresenta um resumo da alocação do preço de aquisição preliminar da PT Portugal:
-

<b>Ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis</b>	<b>(em milhões de reais)</b>
Valor contábil do Acervo Líquido da PT Portugal	(8.471)
Ajustes a valor justo relacionados a:	
Carteira de clientes e licenças das operações portuguesas	4.540
Carteira de clientes de telefonia fixa (intangível)	409
Carteira de clientes de telefonia móvel (intangível)	936
Licenças de telefonia móvel (intangível)	3.194
Investimentos patrimoniais	1.441
Contingências fiscais	(65)
Efeito tributário	(1.376)
	<b>(3.931)</b>
<b>O ágio registrado em aquisição foi identificado como segue:</b>	
Instrumentos de patrimônio emitidos	5.710
Participação de não controladores, com base na participação proporcional nos ativos e passivos da adquirida	1.095
Valor justo do investimento anteriormente detido pela adquirida	571
Valor justo dos ativos	3.931
<b>Ágio</b>	<b>11.307</b>

- (D) A aplicação de todos os proventos líquidos da parcela à vista do aumento de capital da Oi, líquida de despesas estimadas em R\$350 milhões, para pagar a dívida da Oi antecipadamente.
- (E) A eliminação do patrimônio líquido e dos lucros atribuíveis aos acionistas não controladores da TmarPart relativo às ações da Oi detidas por investidores além da TmarPart, uma vez que tais ações serão trocadas por ações da TmarPart na incorporação de ações.
- (F) Os ajustes pro forma representam os efeitos da incorporação da AG Telecom e da PASA, da incorporação da LF Tel e da EDSP, da incorporação da PASA e da Bratel Brasil e da incorporação da EDSP e da Bratel Brasil, da incorporação da Bratel Brasil e da Oi, da incorporação da Venus with Oi e da incorporação da Sayed com a Oi, compostos, principalmente, (1) pelo reconhecimento no balanço patrimonial da TmarPart de um benefício fiscal no valor de R\$ 1,7 mil milhões sobre o ágio gerado pelas empresas AG Telecom, PASA, LF Tel, EDSP e Bratel Brasil nas aquisições de investimentos na Oi realizadas em exercícios anteriores, e (2) pelo reconhecimento na demonstração do resultado da TmarPart de certas despesas gerais e administrativas que as empresas AG Telecom, PASA, LF Tel, EDSP e Bratel Brasil incorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- (G) Os ajustes pro forma representam incorporação da Bratel B.V. e da Portugal Telecom, que reflete apenas o reconhecimento na demonstração do resultado da TmarPart de certas despesas gerais e administrativas incorridas pela Portugal Telecom durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 que não incluíram as despesas gerais e administrativas da PT Portugal. Essa operação não afetou o balanço patrimonial da TmarPart porque a Portugal Telecom não terá nenhum ativo ou passivo além do seu investimento na TmarPart no momento da incorporação.

#### **4. Lucro por ação**

O lucro básico e diluído por ação pro forma calculado com base na média ponderada de ações em circulação foi estimado considerando o agrupamento de ações da TmarPart, as ações emitidas pela TmarPart na incorporação de ações e a incorporação, pressupondo que o agrupamento de ações ocorreu e que essas ações estavam em circulação a partir de 1º de janeiro de 2013.

# **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e de 2012**

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Note	2013	2012
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.484.908	4.491.668
Aplicações financeiras	9	492.510	2.713.029
Instrumentos financeiros derivativos	19	452.234	640.229
Contas a receber	10	7.096.679	7.017.533
Estoques		432.633	385.165
Tributos correntes a recuperar	11	918.796	1.741.535
Outros tributos	12	1.474.408	1.557.177
Depósitos e bloqueios judiciais	13	1.316.478	2.068.691
Outros valores a receber	1	1.775.691	
Ativos relacionados aos fundos de pensão	25	9.596	9.311
Demais ativos		<u>1.305.875</u>	<u>900.025</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>17.759.808</b>	<b>21.524.363</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Aplicações financeiras	9	99.129	63.692
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.620.945	348.870
Tributos diferidos a recuperar	11	4.475.747	4.259.234
Outros tributos	12	890.835	738.019
Ativo financeiro disponível para venda	3	914.216	905.829
Depósitos e bloqueios judiciais	13	11.050.936	9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	60.197	73.708
Ativos mantidos para venda		260.370	112.852
Demais ativos		376.786	270.701
Investimentos	14	173.686	179.640
Imobilizado	15	25.925.802	24.812.159
Intangível	16	<u>14.796.892</u>	<u>15.975.157</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>60.645.541</b>	<b>57.462.386</b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>78.405.349</u></b>	<b><u>78.986.749</u></b>
<b>Passivo circulante</b>			
Salários, encargos sociais e benefícios		651.649	773.761
Fornecedores	17	4.733.498	4.658.244
Empréstimos e financiamentos	18	5.150.494	3.740.904
Instrumentos financeiros derivativos	19	409.851	309.555
Tributos correntes a recolher	11	432.463	1.065.772
Outros tributos	12	2.112.863	2.248.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio		230.721	576.253
Autorizações e concessões a pagar	20	457.173	1.058.881
Programa de refinanciamento fiscal	21	100.302	99.732
Provisões para fundos de pensão	25	184.295	103.666
Provisões	22	1.223.526	1.569.356
Demais obrigações	23	<u>847.810</u>	<u>1.438.329</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>16.534.645</b>	<b>17.642.534</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	18	33.962.228	33.139.662
Instrumentos financeiros derivativos	19	156.800	204.742
Tributos diferidos			233.849
Outros tributos	12	1.747.012	2.238.571
Autorizações e concessões a pagar	20	1.027.234	1.099.116
Programa de refinanciamento fiscal	21	1.020.002	985.367
Provisões para fundos de pensão	22	459.267	767.121
Provisões	25	4.409.418	4.866.177
Demais obrigações	23	<u>2.533.452</u>	<u>570.005</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>45.315.413</b>	<b>44.104.610</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>	24		
Capital social		1.921.142	1.921.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Reservas de capital	708.383	638.569
Reservas de lucros		137.291
Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	(155.727)	(289.396)
Outros resultados abrangentes	(16.161)	(11.886)
Ajuste de avaliação patrimonial	(366.295)	(366.305)
Ações preferenciais resgatáveis	(743.774)	(909.055)
Prejuízos acumulados	<u>(268.460)</u>	<u></u>
	1.079.108	1.120.359
<b>Participações de não controladores</b>	<u>15.476.183</u>	<u>16.119.246</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>16.555.291</u>	<u>17.239.605</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>78.405.349</u>	<u>78.986.749</u>

---

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Note	2013	2012	2011
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	4	28.422.147	28.131.672	27.906.989
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	<u>(16.584.540)</u>	<u>(15.888.268)</u>	<u>(16.260.109)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>11.837.607</u>	<u>12.243.404</u>	<u>11.646.880</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	14	(17.750)	(15.548)	
Despesas com vendas	5	(5.553.891)	(5.417.716)	(5.095.236)
Despesas gerais e administrativas	5	(3.675.994)	(3.375.348)	(3.107.221)
Outras receitas operacionais	6	3.128.044	2.189.711	1.875.591
Outras despesas operacionais	6	<u>(1.918.244)</u>	<u>(2.558.013)</u>	<u>(2.441.842)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<u>3.799.772</u>	<u>3.066.490</u>	<u>2.878.172</u>
Receitas financeiras	7	1.395.796	2.365.418	2.250.985
Despesas financeiras	7	<u>(4.983.388)</u>	<u>(5.254.100)</u>	<u>(6.054.689)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	7	<u>(3.587.592)</u>	<u>(2.888.682)</u>	<u>(3.803.704)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes das tributações</b>		212.180	177.808	(925.532)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	8	(419.676)	(1.051.915)	(660.184)
Diferido	8	<u>382.535</u>	<u>986.496</u>	<u>770.852</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<u>175.039</u>	<u>112.389</u>	<u>(814.864)</u>
Prejuízo líquido atribuído aos controladores		(270.655)	(297.452)	(469.237)
Lucro líquido atribuído aos não controladores		445.694	409.841	(345.627)
Prejuízo básico por ação (R\$)	24	(0,08975)	(0,10171)	(0,16311)
Prejuízo diluído por ação (R\$)	24	(0,08975)	(0,10171)	(0,16311)

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	175.039	112.389	(814.864)
Ganho (Perda) de contabilidade de “hedge” reflexa	(139.334)	139.532	652
Ganhos (Perdas) atuariais reflexos	114.896	(168.293)	
Total do resultado abrangente do exercício	<u>150.601</u>	<u>83.628</u>	<u>(814.212)</u>
Resultado abrangente atribuído ao controlador	(274.930)	(304.147)	(469.399)
Resultado abrangente atribuído ao não controlador	425.531	387.775	(344.813)

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Reserva de capital		Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ágio, perdas e ganhos em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial			Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Ágio na subscrição de capital	Opções de ações reflexa	Legal	Fundo de regate				Investimentos	Custo na emissão de ações reflexo	Ações em tesouraria reflexa			
<b>Em 1 de janeiro de 2011</b>	<b>1.798.529</b>		<b>26.759</b>	<b>2.195</b>	<b>267.082</b>	<b>580.911</b>					<b>(1.239.616)</b>	<b>1.271.518</b>	<b>17.166.956</b>	<b>18.438.474</b>
Aumento de capital	122.612	638.569										761.181		761.181
Aumento de capital controladas					(165.281)								4.593.372	4.593.372
Resgate e cancelamento de ações preferenciais												165.281		(246.175)
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por subsidiárias														(761.763)
Ações bonificadas a resgatar														5.733
Plano de opção de ações			1.375									1.375		7.108
Ganho (Perda) contabilidade de "hedge"								(162)			(162)			652
Variação de participação em investimentos							(341.910)				(341.910)		341.910	814
Outros efeitos diretamente ao patrimônio de controladas							(5)				(5)		(2.559)	(2.564)
Prejuízo do exercício							(469.237)				(469.237)		(345.627)	(814.864)
Destinação do resultado							469.237							
Transferência para reserva do fundo de resgate					17.473	(469.237)	(17.473)							
<b>Em 31 de Janeiro de 2011</b>	<b>1.921.141</b>	<b>638.569</b>	<b>28.134</b>	<b>2.195</b>	<b>119.274</b>	<b>94.201</b>		<b>(506.257)</b>	<b>(162)</b>		<b>(1.074.335)</b>	<b>1.222.760</b>	<b>20.752.661</b>	<b>21.975.421</b>
Adoção da IAS 19								(5.029)			(5.029)		(33.955)	(38.984)
<b>Em 1 de janeiro de 2012</b>	<b>1.921.141</b>	<b>638.569</b>	<b>28.134</b>	<b>2.195</b>	<b>119.274</b>	<b>94.201</b>		<b>(506.257)</b>	<b>(5.191)</b>		<b>(1.074.335)</b>	<b>1.217.731</b>	<b>20.718.706</b>	<b>21.936.437</b>
Transferência para reserva do fundo de resgate					94.201	(94.201)								
Resgate e cancelamento de ações preferenciais					(165.280)							165.280		(2.225.261)
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por subsidiárias														(46.580)
Custo na emissão de ações reflexa - Oi										(10.029)		(10.029)		(56.609)
Direito de retirada referente a Reorganização Societária - Oi											(356.276)	(356.276)		(1.652.049)
Ações bonificadas a resgatar														783
Plano de opção de ações			154									154	629	
Encerramento do plano de opção de ações			(28.288)				28.288							
Ganho (Perda) contabilidade de "hedge"								24.997				24.997	114.535	139.532
Variação de participação em investimentos							356.065		216.825			572.890	(623.872)	(50.982)
Outros efeitos diretamente ao patrimônio de controladas									36			36		36
Prejuízo do exercício							(297.452)					(297.452)	409.841	112.389
Ganhos (Perdas) atuariais reflexos									(31.692)			(31.692)	(136.601)	(168.293)
Aquisição de ações de minoritários													(35.032)	(35.032)
Resgate de ações bonificadas													(405.071)	(405.071)
Destinação do resultado														
Transferência para reserva do fundo de resgate					86.901	(86.901)								
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.921.141</b>	<b>638.569</b>	<b>28.134</b>	<b>2.195</b>	<b>135.096</b>			<b>(289.396)</b>	<b>(11.886)</b>	<b>(10.029)</b>	<b>(356.276)</b>	<b>(909.055)</b>	<b>1.120.359</b>	<b>16.119.246</b>
Aumento de capital	1	99.999											100.000	(73.525)
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por subsidiárias														(727.838)
Resgate de ações bonificadas pela controlada														(133.675)
Ganho (Perda) contabilidade de "hedge"									(25.511)			(25.511)	(113.823)	(139.334)
Ganhos (Perdas) atuariais reflexos									21.236			21.236	93.660	114.896
Resgate de ações preferencias resgatáveis		(30.185)			(135.096)							165.281		
Ganho em transação de capital com controladores								133.206				133.206	(133.206)	
Custo reflexo na emissão de ações										10		10	51	61
Outras variações no patrimônio líquido das controladas									463			463	(400)	63
Prejuízo do exercício									(270.655)			(270.655)	445.694	175.039
Absorção parcial do prejuízo do exercício				(2.195)					2.195					
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.921.142</b>	<b>708.383</b>						<b>(268.460)</b>	<b>(155.727)</b>	<b>(16.161)</b>	<b>(10.019)</b>	<b>(356.276)</b>	<b>(743.774)</b>	<b>1.079.108</b>
	<b>1.921.142</b>	<b>708.383</b>						<b>(268.460)</b>	<b>(155.727)</b>	<b>(16.161)</b>	<b>(366.295)</b>	<b>(743.774)</b>	<b>1.079.108</b>	<b>15.476.183</b>

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	212.180	177.808	(925.532)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	4.539.012	3.751.515	3.576.630
Depreciação e amortização	5.745.742	5.306.076	5.708.902
Perdas sobre contas a receber	849.779	596.405	920.872
Provisões	381.949	440.377	931.807
Reversão de ajuste de inflação de depósitos judiciais			198.853
Depreciação de ativos disponíveis para venda			667.926
Provisão para fundos de pensão	10.325	382.875	7.823
Equivalência patrimonial	17.750	15.548	
Perda na baixa de ativo permanente	399.488	387.388	85.486
Receita na alienação de bens	(214.127)	(389.128)	
Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	93.563	137.068	119.200
Participação de empregados e administradores	(115.671)	418.927	57.939
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(1.158.520)	(244.359)	(209.929)
Atualização monetária de provisões	246.936	287.251	1.053
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	81.262	94.489	177.847
Dividendos prescritos	(35.744)	(74.732)	(189.023)
Dividendos fixos e atual. monetária s/ ações preferenciais resgatáveis	121.537	135.946	159.833
Outros	1.851.061	1.306.211	780.162
Mutações patrimoniais:			
Contas a receber	556.009	(1.873.323)	(1.121.326)
Estoques	(53.696)	(251.540)	(67.760)
Tributos	(599.140)	514.382	10.085
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(6.230.243)	(9.672.761)	(7.756.357)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	8.490.368	9.440.445	7.724.577
Fornecedores	(249.040)	(994.381)	1.016.117
Salários, encargos sociais e benefícios	(931)	8.720	(280.571)
Provisões	(934.039)	(803.877)	(788.793)
Provisão para fundos de pensão	(124.246)	(100.526)	(96.148)
Outras contas ativas e passivas	(3.536.408)	(633.049)	(885.570)
Encargos financeiros pagos	(2.649.276)	(2.905.938)	(2.772.857)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(315.399)	(1.111.419)	(562.565)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(325.931)	(326.368)	(315.673)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	65.006	83.087	170.092
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<u>7.119.556</u>	<u>4.103.117</u>	<u>6.343.100</u>

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(continuação)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(5.976.488)	(6.023.070)	(5.109.990)
Crédito com partes relacionadas e debêntures - Recebimento		133.023	
Recursos obtidos na venda de bens	4.127	720.175	170.536
Aumento dos investimentos permanentes	(11.796)	(67.470)	(12.591)
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.693.945)	(2.522.819)	(2.488.620)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	958.679	776.241	620.252
Ativo financeiro disponível para venda		(250.186)	(1.366.910)
Aquisição de ações de minoritários		(35.032)	
Fluxo de caixa decorrente de perda de controle de controladas	(50.732)		
Caixa líquido recebido da venda de participação societária			46.983
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<u>(6.770.155)</u>	<u>(7.269.138)</u>	<u>(8.140.340)</u>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Captações líquidas de custos	3.534.612	10.875.517	11.184.323
Pagamentos de principal de empréstimos, Financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	(3.908.140)	(8.657.038)	(11.747.050)
Autorizações e concessões	(710.968)	(327.679)	(351.131)
Pagamento no resgate de ações preferenciais	(165.281)	(165.280)	(165.280)
Aumento de capital	26.474		4.715.984
Ágio na emissão de ações			638.569
Programa de refinanciamento fiscal	(174.455)	(176.485)	(162.674)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.033.584)	(1.961.241)	(598.151)
Reembolso de ações		(2.008.325)	
Bonificações de ações	24.738	(1.068.598)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<u>(2.406.604)</u>	<u>(3.489.129)</u>	<u>3.514.590</u>
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	50.443	(4.471)	160.217
<b>Fluxo de caixa do exercício</b>	<u>(2.006.760)</u>	<u>(6.659.621)</u>	<u>1.877.567</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.484.908	4.491.668	11.151.289
Caixa e equivalentes de caixa no começo do exercício	4.491.668	11.151.289	9.273.722
<b>Variação no exercício</b>	<u>(2.006.760)</u>	<u>(6.659.621)</u>	<u>1.877.567</u>

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Demonstração dos fluxos de caixa**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa**

##### **Transações não-caixa**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	637.884	1.146.565	(150.807)
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	495.259	378.693	409.985

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Telemar Participações S.A. ("Telemar" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi S.A. ("Oi") anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BrT", podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detém, das ações em circulação da Oi, 16,34% do seu capital total e 48,51% do seu capital votante. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, na Praia de Botafogo, 300 – 11º andar – Parte. A Companhia é uma holding controlada em conjunto pela LF Tel S.A., AG Telecom Participações S.A. e Fundação Atlântico de Seguridade Social, sendo que em 31 de dezembro de 2013 cada uma detém, respectivamente, 19,36%, 19,36% e 11,51% do capital votante da Companhia. São também signatárias do Acordo de Acionistas da Companhia as pessoas jurídicas BNDES Participações S.A. – BNDESPAR com 13,05%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI com 9,69%, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF com 7,48%, Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS com 7,48% e Bratel Brasil S.A. com 12,07%. A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta.

Além da participação na Oi, a Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. ("Valverde") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A Oi S.A. ("Oi") anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BrT", é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 31 de dezembro de 2013 detém, das ações em circulação da Oi, 2,49% do seu capital total e 7,94% do seu capital votante.

A Bakarne é uma subsidiária integral da Companhia com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à Companhia. Em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi aprovada a extinção da Bakarne (Nota 30 – Eventos Subsequentes)

Em Reunião realizada em 18 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As participações em controladas diretas e indiretas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade		Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2013	2013	2012	2012
Oi S.A.	Telefonia Fixa – Região II	Brasil	16,34%	18,83%	15,23%	17,72%
Valverde Participações S.A.	Holding	Brasil	100%		100%	
Bakarne Investments Ltd. (1)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	100%		100%	
Oi Móvel	Telefonia móvel – Região II	Brasil		18,83%		17,72%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. (“BrT Multimídia”)	Tráfego de dados	Brasil		18,83%		17,72%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)	Serviços financeiros	Brasil		18,83%		17,72%
BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”)	Holding	Brasil		18,83%		17,72%
Internet Group do Brasil S.A. (“iG Brasil”)	Internet	Brasil		18,83%		17,72%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. (“BrT CS”) (i)	Tráfego de dados	Brasil		18,83%		17,72%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (i)	Tráfego de dados	Bermuda		18,83%		17,72%
Brasil Telecom of America Inc. (i)	Tráfego de dados	Estados Unidos da America		18,83%		17,72%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. (“BrT Venezuela”)	Tráfego de dados	Venezuela		18,83%		17,72%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal (i)	Tráfego de dados	Colômbia		18,83%		17,72%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL	Tráfego de dados	Paraguai		18,83%		17,72%
Rio Alto Participações S.A. (“Rio Alto”)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil		18,83%		17,72%
Copart 5 Participações S.A. (“Copart 5”)	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia Fixa – Região I	Brasil		18,83%		17,72%
TNL PCS S.A. (ii)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	Brasil		18,83%		17,72%
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Paggo Administradora”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Oi Serviços Financeiros S.A. (“Oi Serviços Financeiros”)	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Copart 4 Participações S.A. (“Copart 4”)	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Telemar Internet Ltda. (“Oi Internet”)	Internet	Brasil		18,83%		17,72%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A.	Compra e venda de imóveis	Brasil		18,83%		17,72%
SEREDE – Serviços de Rede S.A.	Serviços de rede	Brasil		18,83%		17,71%
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Internet Wifi	Brasil		18,83%		17,72%
VEX Wifi Tec España S.L.	Internet Wifi	Espanha		18,83%		17,72%
VEX Venezuela C.A	Internet Wifi	Venezuela		18,83%		17,72%
VEX Wifi S.A	Internet Wifi	Uruguai		18,83%		17,72%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		16,95%		15,94%
VEX USA Inc	Internet Wifi	Estados Unidos da America		18,83%		17,72%
VEX Bolivia	Internet Wifi	Bolívia		18,83%		17,72%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina	Internet Wifi	Argentina		18,83%		17,72%
VEX Wifi Canadá Ltd.	Internet Wifi	Canadá		18,83%		17,72%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda	Internet Wifi	Chile		18,83%		17,72%
VEX Colombia Ltda	Internet Wifi	Colômbia		18,83%		17,71%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi	Paraguai		18,83%		17,72%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	Peru		18,83%		17,72%
VEX Portugal S.A.	Internet Wifi	Portugal		18,56%		17,46%
VEX Panamá S.A.	Internet Wifi	Panamá		18,83%		17,72%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (“Oi Holanda”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Holanda		18,83%		17,72%
Circuito das Águas Telecom S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Caryopocae Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%

- (i) Empresas vendidas em dezembro de 2013, conforme Nota 1.  
(ii) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 30.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2013	2013	2012	2012
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	Brasil		9,42%		8,86%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira	Brasil		9,42%		8,86%

### Reforma do Estatuto Social da Oi

Em reunião da AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi, no dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a reforma de seu Estatuto Social a fim de adaptá-lo às novas regras do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o ingresso da Oi no referido nível de governança.

### Reorganizações Societárias em 2012

#### Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Oi, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

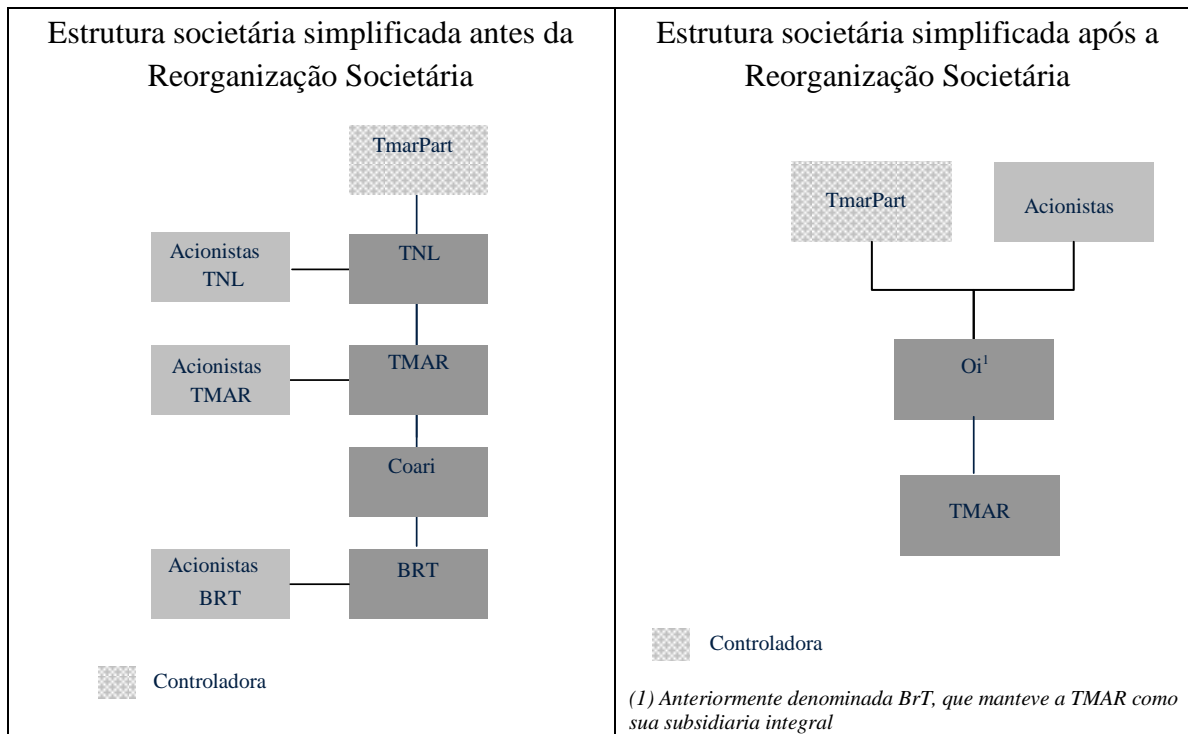
Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$ 6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$ 2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

<b>Ação original / Ação em substituição</b>	<b>Relação de substituição</b>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente. O aumento no patrimônio líquido da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$4.146.035. Nessa apuração, a Companhia, em conjunto com sua controlada Valverde, tiveram seu patrimônio aumentado no montante de R\$572.180.

O montante da mais-valia apurada sobre os ativos imobilizado e intangível, líquidos dos efeitos de amortização em 27 de fevereiro de 2012 é de R\$9.427.978. A Companhia reconheceu a mais valia na proporção de sua participação na Oi, no valor de R\$1.435.638.

Também em decorrência da Reorganização Societária, a Companhia apurou a equivalência patrimonial sobre os resultados da TNL e da TMAR dos meses de janeiro e fevereiro e sobre o resultado da Oi do mês de março de 2012. Para fins de consolidação e comparabilidade, a Companhia divulgou as informações consolidadas das contas de resultado somando os saldos das contas da TNL e TMAR de janeiro e fevereiro mais os saldos das contas da Oi do mês de março de 2012.

### Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

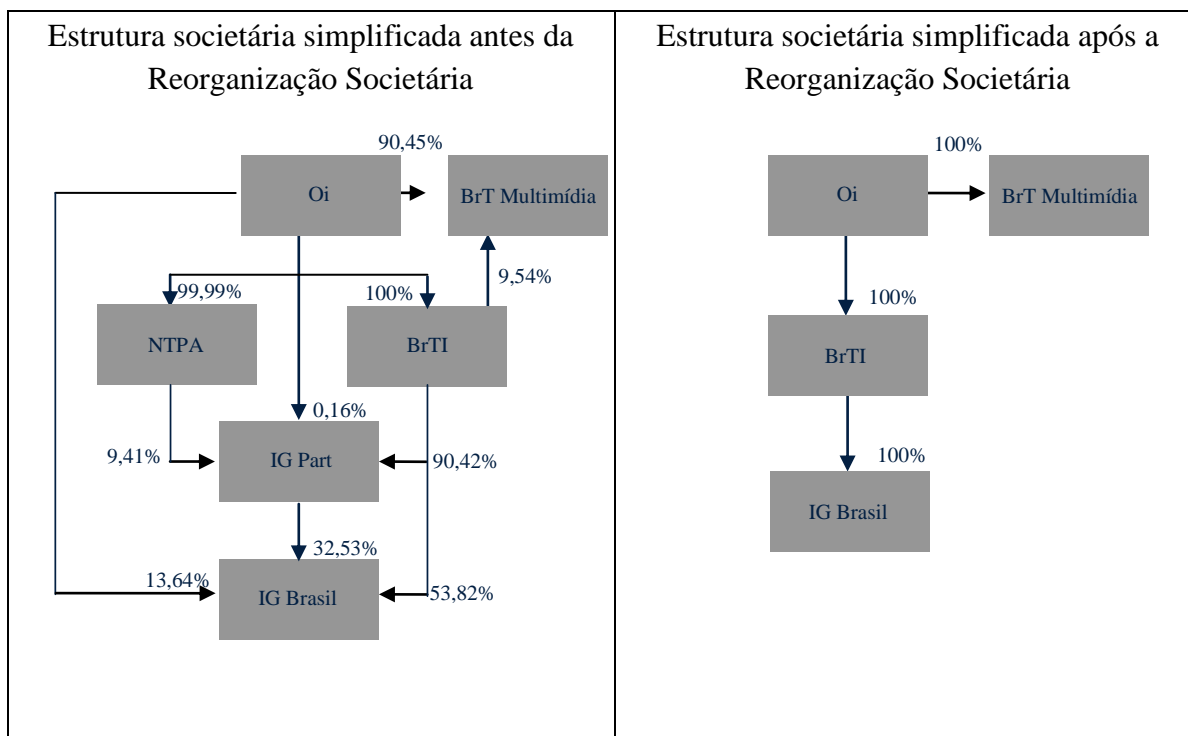
## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Oi aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrT Internet (“BrTI”), pela Oi, no valor de R\$ 51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Oi na NTPA (99,99%), iG Participações (“iG Part”) (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$ 48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Oi e (iii) incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.



### Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “holdings” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

- i. Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- ii. Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **Reorganização Societária de 2013**

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Oi a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*”.

Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

#### **GlobeNet**

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Oi celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária BrT CS, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo “GlobeNet”, representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Oi e suas controladas.

A referida transação estava sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Conforme divulgado no fato relevante de 23 de dezembro de 2013, a Oi anunciou a conclusão da operação, segundo o qual, a Oi transfere a totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R\$ 1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado em outras receitas operacionais, no montante de R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

### **(a) Base de elaboração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

### **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*”.

### **(b) Adoção de novas práticas contábeis**

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos IAS 19 e IFRS 11, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013. Em conformidade com o parágrafo 40 of IAS 1, a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a aplicação retrospectiva das referidas normas não teria impacto material sobre o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2012.

Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>	<b>21.531.180</b>		<b>(6.817)</b>	<b>21.524.363</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.496.549		(4.881)	4.491.668
Aplicações financeiras	2.713.029			2.713.029
Instrumentos financeiros derivativos	640.229			640.229
Contas a receber	7.018.497		(964)	7.017.533
Estoques	385.165			385.165
Tributos correntes a recuperar	1.741.589		(54)	1.741.535
Outros tributos	1.557.177			1.557.177
Depósitos e bloqueios judiciais	2.068.691			2.068.691
Dividendos e juros sobre o capital próprio				
Ativo relacionado aos fundos de pensão	9.311			9.311
Demais ativos	900.943		(918)	900.025
<b>Ativo não circulante</b>	<b>57.382.409</b>	<b>79.372</b>	<b>605</b>	<b>57.462.386</b>
Aplicações financeiras	63.692			63.692
Instrumentos financeiros derivativos	348.870			348.870
Tributos diferidos a recuperar	4.154.165	106.779	(1.710)	4.259.234
Outros tributos	738.019			738.019
Ativo financeiro disponível para venda	905.829			905.829
Depósitos judiciais	9.722.731		(206)	9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão	101.115	(27.407)		73.708
Ativos mantidos para venda	112.852			112.852
Demais ativos	318.499		(47.798)	270.701
Investimentos	80.758		98.882	179.640
Imobilizado	24.819.122		(6.963)	24.812.159
Intangível	16.016.757		(41.600)	15.975.157
<b>Ativo total</b>	<b>78.913.589</b>	<b>79.372</b>	<b>(6.212)</b>	<b>78.986.749</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>17.645.851</b>	-	<b>(3.317)</b>	<b>17.642.534</b>
Salários, encargos sociais e benefícios	774.792		(1.031)	773.761
Fornecedores	4.659.158		(914)	4.658.244
Empréstimos e financiamentos	3.740.904			3.740.904
Instrumentos financeiros derivativos	309.555			309.555
Tributos correntes a recolher	1.065.772			1.065.772
Outros tributos	2.248.314		(233)	2.248.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio	576.253			576.253
Autorizações e concessões a pagar	1.058.881			1.058.881
Programa de refinanciamento fiscal	99.732			99.732
Provisões	1.569.356			1.569.356
Provisões para fundos de pensão	103.666			103.666
Demais obrigações	1.439.468		(1.139)	1.438.329
<b>Passivo não circulante</b>	<b>43.820.856</b>	<b>286.649</b>	<b>(2.895)</b>	<b>44.104.610</b>
Empréstimos e financiamentos	33.139.662			33.139.662
Instrumentos financeiros derivativos	204.742			204.742
Tributos diferidos	233.849			233.849
Outros tributos	2.238.571			2.238.571
Autorizações e concessões a pagar	1.099.116			1.099.116
Programa de refinanciamento fiscal	985.367			985.367
Provisões	4.867.169		(992)	4.866.177
Provisões para fundos de pensão	480.472	286.649		767.121
Demais obrigações	571.908		(1.903)	570.005
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.157.080</b>	<b>(36.721)</b>		<b>1.120.359</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos</b>	<b>1.157.080</b>	<b>(36.721)</b>		<b>1.120.359</b>
Capital social	1.921.141			1.921.141
Reservas de capital	638.569			638.569
Reservas de lucro	137.291			137.291
Ágio em transações de capital e variações de	(289.396)			(289.396)
Outros resultados abrangentes	24.835	(36.721)		(11.886)
Ajuste de avaliação patrimonial	(366.305)			(366.305)
Ações preferenciais resgatáveis	(909.055)			(909.055)
<b>Participações dos não controladores</b>	<b>16.289.802</b>	<b>(170.556)</b>		<b>16.119.246</b>
<b>Passivo total</b>	<b>78.913.589</b>	<b>79.372</b>	<b>(6.212)</b>	<b>78.986.749</b>

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

<b>Patrimônio líquido originalmente apresentado</b>	1.157.080
Participações dos não controladores originalmente apresentada	16.289.802
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>17.446.882</b>
Ajustes:	
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	(207.277)
	17.239.605
Atribuído a:	
Controlador	1.120.359
Não controladores	16.119.246
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>17.239.605</b>

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Receita de venda de bens e/ou serviços	28.141.599	(9.927)	28.131.672
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.891.222)	2.954	(15.888.268)
Resultado bruto	12.250.377	(6.973)	12.243.404
Despesas/Receitas operacionais	(9.182.934)	6.020	(9.176.914)
Despesas com vendas	(5.425.600)	7.884	(5.417.716)
Despesas gerais e administrativas	(3.381.624)	6.276	(3.375.348)
Outras receitas operacionais	2.189.734	(15.571)	2.174.163
Outras despesas operacionais	(2.565.444)	7.431	(2.558.013)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	3.067.443	(953)	3.066.490
Resultado financeiro	(2.888.405)	(277)	(2.888.682)
Receitas financeiras	2.365.725	(307)	2.365.418
Despesas financeiras	(5.254.130)	30	(5.254.100)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	179.038	(1.230)	177.808
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(66.649)	1.230	(65.419)
Corrente	(1.053.475)	1.560	(1.051.915)
Diferido	986.826	(330)	986.496
Resultado líquido das operações continuadas	112.389		112.389
Lucro consolidado do exercício			
Atribuído a sócios da empresa controladora	(297.452)		(297.452)
Atribuído a sócios não controladores	409.841		409.841

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Fluxos de caixa	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total	Saldos ajustados em 31/12/12
Atividades operacionais	4.052.517	(50.600)	4.103.117
Atividades de investimentos	(7.213.657)	55.481	(7.269.138)
Atividades de financiamentos	(3.489.129)		(3.489.129)

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **(i) Benefícios a empregados**

A IAS 19 excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

#### **(ii) Negócios em conjunto**

O IFRS 11 elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Oi possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

#### **(c) Principais políticas contábeis**

##### **Critérios de consolidação das controladas pelo método integral**

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Conversão de moeda estrangeira**

#### **Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia, a Oi e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

#### **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **Empresas do grupo**

A Companhia e sua controlada Oi possuem investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 20.739 (2012 – passivo a descoberto de R\$ 2.563).

#### **Itens não monetários indexados a moeda estrangeira**

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

#### **Apresentação de informação por segmentos**

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

### **Combinações de negócios**

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

### **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Contas a receber**

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, “*simcard*” e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

### **Estoques**

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

### **Ativo financeiro disponível para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

### **Investimentos**

Informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

### **Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

### **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Oi.

As UGC são os segmentos de negócios da Oi, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Oi, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Oi, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Ajuste a valor presente**

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

### **Deterioração de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

### **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

### **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

### Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Oi passou a fazer uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do IAS 39. Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no IAS 39, é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Oi e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo IAS 39. Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Oi e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritas na Nota 3.

#### **Provisões**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **Benefícios a empregados**

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Oi e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Oi e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

#### **Reconhecimento das receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Oi e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Oi, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Oi.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas Oi Móvel e TNL PCS implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

#### **Reconhecimento das despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

#### **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

#### **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

#### **Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Oi irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Oi por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

#### **Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do IAS 33.

#### **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

#### **(d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

#### **Reconhecimento de receita e contas a receber**

A política de reconhecimento de receita da Oi é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

afetado. Além disso, a Oi depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

#### **Provisões para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Oi inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

#### **Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida**

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Provisões**

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 22. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

### **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para as IFRS. De acordo com o IAS 12, a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

### **Benefícios a empregados**

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Oi.

### (e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – a revisão clarifica o significado de “atualmente tiver um direito exequível de compensar os valores reconhecidos” e tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a revisão seja relevante no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 21 - Tributos - a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a interpretação venha a gerar impacto relevante no reconhecimento de suas obrigações de pagar tributos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. No que se refere ao passivo financeiro, é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A referida norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

## 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

### 3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Mensuração contábil	2013	
		Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>			
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.178.171	2.178.171
Aplicações financeiras	Valor justo	591.639	591.639
Contas a receber (i)	Custo amortizado	7.096.679	7.096.679
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.073.179	2.073.179
Outros valores a receber		1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo	914.216	914.216

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Passivo</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	4.733.498	4.733.498
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	11.119.150	10.941.076
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	1.076.082	989.234
Usufruto de ações	Custo amortizado	332.039	326.513
Notas promissórias	Custo amortizado	106.510	97.762
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	566.651	566.651
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado	1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iv)		1.120.304	1.120.304
Obrigação de compra de participação acionária		418.069	418.069

	Mensuração contábil	2012	
		Valor contábil	Mensuração contábil
<b>Ativo</b>			
Equivalentes de caixa	Valor justo	4.144.322	4.144.322
Aplicações financeiras	Valor justo	2.776.721	2.776.721
Contas a receber (i)	Custo amortizado	7.017.533	7.017.533
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	989.099	989.099
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo	905.829	905.829
<b>Passivo</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	4.658.244	4.658.244
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	25.169.701	25.169.701
Debêntures	Custo amortizado	10.124.052	10.226.344
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	1.240.437	1.128.621
Usufruto de ações	Custo amortizado	346.376	312.689
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	507.769	507.769
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	576.253	576.253
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado	2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado	1.085.099	1.085.099

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Corresponde a 10% de participação acionária na PT – Portugal Telecom.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo IAS 39 e IAS 32, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a TMAR apurou valorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Oi de R\$ 8.387, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 5.535.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

### **3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

#### **(a) Instrumentos financeiros derivativos**

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2013.

#### **(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo**

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

#### **(c) Hierarquia do valor justo**

O IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “inputs” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “inputs” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Hierarquia do valor justo	Valor justo	Valor justo
		2013	2012
<b>Ativo</b>			
Equivalentes de caixa	Nível 2	2.178.171	4.144.322
Aplicações financeiras	Nível 2	591.639	2.776.721
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.073.179	989.099
Ativo financeiro disponível para venda	Level 1	914.216	905.829
<b>Passivo</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	566.651	514.297

### 3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar e Programa de refinanciamento fiscal: todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

### **3.4. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, para o riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

#### **3.4.1. Risco de mercado**

##### **(a) Risco de taxa de câmbio**

#### **Ativos financeiros**

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Oi e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 13,0% (2012 – 6,4%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

#### Passivos financeiros

A Oi e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Oi e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 37,7% (2012 – 35,4%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 99,6% (2012 – 97%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	369.292	369.292	449.791	449.791
Aplicações financeiras	30.334	30.334	13.246	13.246
Ativo financeiro disponível para venda (Nota 19)	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos	1.954.915	1.954.915	780.622	780.622
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	14.566.437	14.566.437	12.848.763	12.848.763
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	369.464	369.464	369.166	369.166

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2013	2012
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	1,5 – 8,3	865.664	469.935
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré	6,8	420.215	74.484

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2013	2012
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,8 – 2,1	21.649	(4.254)
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	2,1	(31.969)	(18.571)
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	177.140	(106.416)
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	132.752	(3.721)

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

### Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")

US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

### Contratos de NDF "Non Deliverable Forward"

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	2013	2012
Ganho (perda) com “swap” cambial	676.490	458.774
Operações de termo em moedas	478.152	467.041
<b>Total</b>	<b>1.154.642</b>	<b>925.815</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes	
<b>Saldo em 2012</b>	<b>128.127</b>
Resultado dos “hedges” designados	(126.511)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(16.611)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	36.072
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	36.397
<b>Saldo em 2013</b>	<b>57.474</b>

#### (a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2013. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2013	Desvalorização
Cenário Provável		
Dólar	2,3426	0%
Euro	3,2265	0%
Cenário Possível		
Dólar	2,9283	25%
Euro	4,0331	25%
Cenário Remoto		
Dólar	3,5139	50%
Euro	4,8398	50%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Oi, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	2013			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	12.522.529	15.653.161	18.783.794
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(12.262.210)	(15.327.763)	(18.393.315)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(399.223)	(499.029)	(598.835)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.425.781	3.032.226	3.638.672
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.415.315)	(3.019.144)	(3.622.973)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(403)	(504)	(605)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(128.841)</b>	<b>(161.053)</b>	<b>(193.262)</b>

#### (b) Risco de taxa de juros

##### Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

##### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 65,7% (2012 – 68,0%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 77,5% (2012 – 72,6%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	1.808.879	1.808.879	3.694.531	3.694.531
Aplicações financeiras	561.305	561.305	2.763.475	2.763.475
Instrumentos financeiros derivativos	118.264	118.264	208.477	208.477
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	22.374.264	22.166.695	22.005.174	21.680.834
Instrumentos financeiros derivativos	197.187	197.187	145.132	145.132

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2013	2012
Contratos de "swap" Pré/DI	6,8	(53.625)	41.189
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré	1,5	(4.066)	(6.779)

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	Vencimento	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2013	2012
Contratos de "swap" CDI+ "spread"/CDI			388
Contratos de "swap" Pré/DI	6,8		57.446
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré	2,1 – 8,1	(133.417)	(138.353)
Contratos de "swap" US\$ Pré/US\$ LIBOR	8,1	112.185	109.454

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

### Contratos de "swap" de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de "swap" de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Oi.

CDI+ "Spread"/CDI: Refere-se a operação de "swap" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "spread". Neste contrato, a posição ativa é em CDI mais "spread" e a posição passiva é em percentual do CDI.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para conversão de uma posição de "swap" cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	2013	2012
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	3.878	(87.343)
<b>Total</b>	<b>3.878</b>	<b>(87.343)</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes	
<b>Saldo em 2012</b>	<b>12.057</b>
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	(80.487)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	500
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	(24.075)
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	35.381
<b>Saldo em 2013</b>	<b>(56.624)</b>

#### (b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, ao IPCA, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, IPCA, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde junho de 2009, a taxa TJLP se mantém estável em 6% a.a.. Em julho de 2012, a taxa foi reduzida para 5,5% a.a. e caiu novamente para 5,0% a.a. em dezembro de 2012, tendo se mantido neste patamar até dezembro de 2013.

31/12/2013											
Cenários de Taxas de juros											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M
9,77%	5,91%	5,00%	0,3480%	12,21%	7,39%	6,25%	0,4350%	14,66%	8,87%	7,50%	0,5220%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, ao IPCA, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	4.256.213	5.136.738	6.013.056
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	614.601	658.613	703.902
Derivativos (Posição Líquida - CDI)		3.866.455	4.745.402	5.615.088
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.490.033	1.699.028	1.951.555
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>10.306.648</b>	<b>12.319.986</b>	<b>14.364.662</b>

#### 3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA e de risco soberano.

#### 3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dadas dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	3.855.259	16.423.096	4.358.303	8.370.961	33.007.619
Debêntures (ii)	3.255.744	6.542.906	5.215.787	2.015.733	17.030.170
Fornecedores (iii)	1.695.512				1.695.512
Ações preferenciais resgatáveis	291.846	895.306	157.442		1.344.594
Usufruto	313.030	80.987	18.935		412.952
Autorizações e concessões (iv)	457.173	1.024.669	2.565		1.484.407

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

### Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i> .....	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i> .....	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(\*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

#### 3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 18, na seção “*Covenants*”.

## 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	2013	2012	2011
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>45.252.584</b>	<b>44.264.134</b>	<b>43.867.792</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(16.830.437)</b>	<b>(16.132.462)</b>	<b>(15.960.803)</b>
Tributos	(9.538.623)	(9.920.585)	(10.109.721)
Outras deduções	(7.291.814)	(6.211.877)	(5.851.082)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>28.422.147</b>	<b>28.131.672</b>	<b>27.906.989</b>

## 5. DESPESAS POR NATUREZA

	2013	2012	2011
Serviços de terceiros	(6.025.594)	(5.949.845)	(5.407.188)
Depreciação e amortização	(5.745.742)	(5.306.076)	(5.708.902)
Interconexão	(3.965.623)	(4.414.481)	(4.651.235)
Pessoal (i)	(2.463.415)	(2.021.325)	(1.893.716)
Serviço de manutenção da rede	(2.372.140)	(2.285.898)	(2.211.107)
Aluguéis e seguros	(2.066.929)	(1.808.255)	(1.658.294)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(849.779)	(596.405)	(920.872)
FISTEL	(689.043)	(714.803)	(673.832)
Publicidade e propaganda	(556.536)	(486.370)	(558.941)

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custos de aparelhos e outros	(515.377)	(541.939)	(232.191)
Materiais	(221.354)	(156.600)	(191.307)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	(93.563)	(137.068)	(119.200)
Outros custos e despesas	(249.330)	(262.267)	(235.781)
<b>TOTAL</b>	<b>(25.814.425)</b>	<b>(24.681.332)</b>	<b>(24.462.566)</b>
<b>Classificados como:</b>			
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(16.584.540)	(15.888.268)	(16.260.109)
Despesas com vendas	(5.553.891)	(5.417.716)	(5.095.236)
Despesas gerais e administrativas	(3.675.994)	(3.375.348)	(3.107.221)
<b>TOTAL</b>	<b>(25.814.425)</b>	<b>(24.681.332)</b>	<b>(24.462.566)</b>

- (i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 10.214 (2012- R\$ 22.157).

## 6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012	2011
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Ganho na alienação de investimentos (Nota 1)	1.496.579		
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	698.989	732.123	677.499
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	394.857	447.050	400.501
Receita na alienação de bens	214.127	426.271	170.536
Multas	181.629	261.992	232.918
Serviços técnicos administrativos	51.970	118.662	122.039
Dividendos prescritos	35.744	74.732	189.023
Outras receitas	54.149	128.881	83.075
<b>Total</b>	<b>3.128.044</b>	<b>2.189.711</b>	<b>1.875.591</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Tributos	(1.171.083)	(989.231)	(892.166)
Provisões/reversões	(381.949)	(440.447)	(931.807)
Multas	(123.450)	(20.053)	(62.950)
Participação dos empregados e administradores	115.671	(418.136)	(57.939)
Baixa de imobilizado	(72.992)	(96.781)	(135.527)
Custas processuais	(63.225)	(68.195)	(66.621)
Baixa de valor contábil – ágio Paggo		(783)	(36.211)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos	(10.325)	(382.875)	(7.823)
Outras despesas	(210.891)	(141.512)	(250.798)
<b>Total</b>	<b>(1.918.244)</b>	<b>(2.558.013)</b>	<b>(2.441.842)</b>

## 7. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012	2011
<b>Receitas financeiras</b>			
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	700.186	785.842	688.928
Rendimentos de aplicações financeiras	293.723	635.547	1.037.158
Dividendos recebidos (i)	78.173	99.181	187.836
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	69.626	616.546	241.127

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas		31.757	
Outras receitas	254.088	196.545	95.936
<b>Total</b>	<b>1.395.796</b>	<b>2.365.418</b>	<b>2.250.985</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>			
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>			
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(2.013.066)	(1.336.344)	(1.030.099)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.591.915)	(1.639.893)	(1.584.487)
Juros sobre debêntures	(1.023.118)	(838.417)	(825.591)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	1.158.520	244.358	209.929
Atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	(64.122)	(71.063)	(88.406)
Dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	(57.407)	(58.778)	(71.428)
Parcela equivalente a dividendos fixos		(6.106)	
Juros sobre usufruto de ações	(37.339)	(36.271)	(41.921)
Juros sobre notas promissórias	(6.547)		(17.846)
<b>Sub-total:</b>	<b>(3.634.994)</b>	<b>(3.742.514)</b>	<b>(3.449.849)</b>
<b>b) Outros encargos</b>			
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(615.810)	(535.637)	(865.758)
Atualização monetária de provisões	(246.936)	(287.008)	(383.172)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(194.830)	(274.402)	(411.101)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(81.262)	(94.489)	(177.847)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda		(59.354)	
Juros sobre dividendos e capital próprio	(6)	(151)	(2.298)
Outras despesas	(209.550)	(260.545)	(96.738)
<b>Sub-total:</b>	<b>(1.348.394)</b>	<b>(1.511.586)</b>	<b>(1.936.914)</b>
<b>Total</b>			(667.926)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(4.983.388)</b>	<b>(5.254.100)</b>	<b>(6.054.689)</b>
<b>b) Outros encargos</b>	<b>(3.587.592)</b>	<b>(2.888.682)</b>	<b>(3.803.704)</b>

- (i) Em 17 de maio de 2013, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,325 por ação, perfazendo o montante de € 29.137 (R\$ 75.994).

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	2013	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Tributos correntes	(419.676)	(1.051.915)	(660.184)
Do exercício	(494.476)		
De exercícios anteriores (i)	74.800		
Tributos diferidos	382.535	986.496	770.852
<b>Total</b>	<b>(37.141)</b>	<b>(65.419)</b>	<b>110.668</b>
Tributos correntes e diferidos (do exercício)	(111.941)		

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos correntes (de exercícios anteriores)	74.800		
---	--------	--	--

	2013	2012	2011
<b>Lucro (prejuízo) antes das tributações</b>	<b>212.180</b>	<b>177.808</b>	<b>(925.532)</b>
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL	38.372	(10.735)	(13.236)
<b>Total do resultado tributado</b>	<b>250.552</b>	<b>167.073</b>	<b>(938.768)</b>
IRPJ e CSLL			
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado	(85.188)	(56.805)	319.181
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(6.035)	(4.406)	642
Apropriação de receita de usufruto de ações (ii)	(11.900)	(11.900)	(8.925)
Despesas de atualização monetária e dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis	(41.320)	(46.234)	(54.344)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (iii)	31.573	180.281	129.589
Exclusões (adições) permanentes (iv)	145.733	(28.430)	8.008
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	25.783	613	197
Ativo fiscal diferido não constituído (v)	(170.588)	(113.256)	(132.473)
Ativo fiscal diferido constituído (vi)		14.717	27.599
Baixa de ativo fiscal diferido relacionado a reestruturação societária			(178.807)
<b>Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(111.941)</b>	<b>(65.419)</b>	<b>110.668</b>

- (i) Referem-se a ajustes ao saldo negativo de IRPJ e de CSLL apurados no ano-calendário de 2008.
- (ii) Refere-se às receitas de usufruto de ações que estão sendo adicionadas linearmente ao lucro real, de acordo com os prazos dos contratos vigentes;
- (iii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado das controladas TMAR e TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (iv) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.
- (v) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (vi) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(“MP 627/2013”) e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”).

Embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a sofrer alterações significativas, por força de diversas emendas já propostas, inclusive no que diz respeito aos efeitos advindos da adoção antecipada; (iii) até o momento não há norma definindo prazo e forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão antecipada.

## 9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	306.737	347.346
Equivalentes de caixa	2.178.171	4.144.322
<b>Total</b>	<b>2.484.908</b>	<b>4.491.668</b>

	2013	2012
Fundos de investimentos exclusivos	1.354.627	3.654.226
CDB – Certificado de Depósito Bancário	560.509	438.882
<i>Time Deposits</i>	225.944	23.145
Operações compromissadas	30.250	23.722
Outros	6.841	4.347
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.178.171</b>	<b>4.144.322</b>

### (b) Aplicações financeiras

	2013	2012
Fundos de investimento exclusivos	492.510	2.407.900
Títulos privados	99.129	368.821
<b>Total</b>	<b>591.639</b>	<b>2.776.721</b>
Circulante	492.510	2.713.029
Não circulante	99.129	63.692

### (c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	2013	2012
Operações compromissadas	772.862	3.104.259
CDB – Certificado de Depósito Bancário	445.981	124.788

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

“Time Deposits”	117.224	343.279
Títulos públicos		49.979
Outros	18.560	31.921
<b>Títulos classificados em equivalentes de caixa</b>	<b>1.354.627</b>	<b>3.654.226</b>
Títulos públicos	462.177	2.394.654
Outros	30.333	13.246
<b>Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo</b>	<b>492.510</b>	<b>2.407.900</b>
<b>Total aplicado em fundos exclusivos</b>	<b>1.847.137</b>	<b>6.062.126</b>

A Oi e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

### 10. CONTAS A RECEBER

	2013	2012
Serviços faturados	5.589.716	5.301.974
Serviços a faturar	1.467.865	1.888.295
Aparelhos e acessórios vendidos	693.140	578.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(654.042)	(751.287)
<b>Total</b>	<b>7.096.679</b>	<b>7.017.533</b>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2013	2012
A faturar	1.467.865	1.888.295
A vencer	2.998.638	3.377.007
A receber de outros provedores	1.403.182	737.060
Vencidas até 60 dias	1.142.804	1.162.487
Vencidas de 61 a 90 dias	162.219	154.918
Vencidas de 91 a 120 dias	145.272	127.301
Vencidas de 121 a 150 dias	113.931	100.194
Vencidas de 151 a 180 dias	316.810	221.558
<b>Total</b>	<b>7.750.721</b>	<b>7.768.820</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>(583.830)</b>
Aumento por Reorganização Societária	(363.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(502.509)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	698.305
<b>Saldo em 2012</b>	<b>(751.287)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(849.779)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	947.024
<b>Saldo em 2013</b>	<b>(654.042)</b>

### 11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	ATIVO	
	2013	2012
<b>Tributos correntes sobre a renda</b>		
IR a recuperar (i)	419.811	821.117
CS a recuperar (i)	158.475	320.922
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	340.510	599.496
<b>Total do circulante</b>	<b>918.796</b>	<b>1.741.535</b>
<b>Tributos diferidos e a recuperar sobre a renda</b>		
IR sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)	1.311.330	
CS sobre créditos fiscais - ágio incorporado (iii)	472.079	
IR sobre diferenças temporárias (v)	2.739.904	1.832.712
CS sobre diferenças temporárias (v)	848.677	514.698
IR sobre prejuízos fiscais (v)	1.859.941	1.068.594
CS sobre base negativa (v)	747.316	516.359
IR Diferido – mais valia (iv)	(2.857.033)	
CS Diferido – mais valia (iv)	(1.028.532)	
Outros tributos diferidos (vi)	382.065	326.871
<b>Não circulante</b>	<b>4.475.747</b>	<b>4.259.234</b>

	PASSIVO	
	2013	2012
<b>Tributos correntes a recolher</b>		
IR a pagar	275.842	719.944
CS a pagar	156.621	345.828
<b>Total circulante</b>	<b>432.463</b>	<b>1.065.772</b>

	2013	2012
<b>Adições (Exclusões) temporárias por natureza:</b>	<b>5.371.990</b>	<b>5.861.294</b>
Provisões	1.704.234	1.989.192
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	206.653	167.550
Provisões para fundos de pensão e efeitos do IAS 19	228.124	305.386
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	611.713	621.917
Participação nos lucros	63.031	137.349
Variação cambial	493.488	278.479
Ágio incorporado (iii)	1.783.409	1.980.775
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	238.974	241.826
Contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(438)	(72.216)
Outras adições e exclusões temporárias	42.802	211.036

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (iii) A Oi incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Oi registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.
- (iv) Em decorrência da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, a Oi incorporou os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos (passivos) calculados sobre a mais valia de ativos imobilizados e intangíveis, apurada quando da aquisição do controle de, a época, Brasil Telecom S.A. A Companhia divulga essa informação em suas demonstrações consolidadas.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$ 574.221 (31/12/2012 - R\$514.617). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2013, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 223.503 (2012 - R\$ 154.849).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

2014	620.434
2015	252.301
2016	786.659
2017	723.809
2018	945.853
2019 a 2021	2.694.101
2022 a 2023	172.681

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>6.195.838</b>
--------------	------------------

- (vi) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

### Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições/ (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2013
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>						
Provisões	1.989.192	(284.958)				1.704.234
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	167.550	39.103				206.653
Provisões para fundos de pensão efetivos (IAS 19 R)	305.386	(18.116)		(59.146)		228.124
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	621.917	(10.204)				611.713
Participação nos lucros	137.349	(74.318)				63.031
Variações cambiais	278.479	215.009				493.488
Ágio incorporado	1.980.775	(197.366)				1.783.409
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.826	(2.852)				238.974
Contabilidade de "Hedge"	(72.216)			71.778		(438)
Outras adições e exclusões temporárias	211.036	(168.225)			(9)	42.802
Prejuízos fiscais	1.536.376	323.565				1.859.941
Base negativa de CSSL	669.610	77.706				747.316
Tributos diferidos sobre a mais valia	(4.368.756)	483.191				(3.885.565)
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	326.861		(12.096)		67.300	382.065
<b>Total</b>	<b>4.025.385</b>	<b>382.535</b>	<b>(12.096)</b>	<b>12.632</b>	<b>67.291</b>	<b>4.475.747</b>

## 12. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO	
	2013	2012
ICMS a recuperar (i)	2.102.249	1.980.203
PIS/COFINS	197.036	183.765
Outros	65.958	131.228
<b>Total</b>	<b>2.365.243</b>	<b>2.295.196</b>
Circulante	1.474.408	1.557.177
Não circulante	890.835	738.019

	PASSIVO	
	2013	2012
ICMS	1.248.232	1.400.997
ICMS Convênio N° 69/1998	443.305	444.600

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PIS/COFINS	1.141.601	1.781.148
FUST/FUNTTTEL/Rádiodifusão	762.289	716.088
Outros	264.448	143.819
<b>Total</b>	<b>3.859.875</b>	<b>4.486.652</b>
Circulante	2.112.863	2.248.081
Não circulante	1.747.012	2.238.571

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

### 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	2013	2012
Cíveis	8.355.816	7.979.742
Tributários	2.277.236	1.691.957
Trabalhistas	1.734.136	2.119.141
Bloqueios judiciais	226	376
<b>Total</b>	<b>12.367.414</b>	<b>11.791.216</b>
Circulante	1.316.478	2.068.691
Não circulante	11.050.936	9.722.525

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

### 14. INVESTIMENTOS

	2013	2012
Negócios em conjunto	86.633	98.882
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	31.656	23.861
Outros investimentos (i)	55.397	56.897
<b>Total</b>	<b>173.686</b>	<b>179.640</b>

(i) O saldo consolidado de outros investimentos inclui, no montante de R\$ 32.222, o investimento da controlada TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

#### Resumo das movimentações dos saldos de investimento

Saldo em 01/01/2012	166.249
Outros	13.391

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Saldo em 2012</b>	<b>179.640</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(17.750)
Aumento de capital	5.500
Outros	6.296
<b>Balance in 2013</b>	<b>173.686</b>

## 15. IMOBILIZADO

	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>3.522.226</b>	<b>13.431.524</b>	<b>27.383.392</b>	<b>22.598.862</b>	<b>3.922.470</b>	<b>3.273.135</b>	<b>74.131.609</b>
Ajustes conforme IFRS 11			(33)	(13.238)		(741)	(14.012)
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>3.522.226</b>	<b>13.431.524</b>	<b>27.383.359</b>	<b>22.585.624</b>	<b>3.922.470</b>	<b>3.272.394</b>	<b>74.117.597</b>
Adições	3.151.131	275.395	1.563.537	425.579	166.402	130.511	5.712.555
Baixas	(171.681)	(8.726)	(114.935)	(325.776)	(105.360)	(143.895)	(870.373)
Transferências	(2.374.553)	248.075	1.349.552	616.564	15.627	144.735	
Transferências para ativos mantidos para venda				(30.407)	(451.224)		(481.631)
<b>Saldo em 2012</b>	<b>4.127.123</b>	<b>13.946.268</b>	<b>30.181.513</b>	<b>23.271.584</b>	<b>3.547.915</b>	<b>3.403.745</b>	<b>78.478.148</b>
Adições	2.962.149	250.669	1.748.747	624.339	44.182	172.192	5.802.278
Baixas	(395.610)	(4.128)	(493.888)	(269.671)	(14.055)	(65.617)	(1.242.969)
Transferências	(2.123.980)	257.082	1.159.470	665.141	(129.241)	171.528	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				(125.920)	(448.815)		(574.735)
<b>Saldo em 2013</b>	<b>4.569.682</b>	<b>14.449.891</b>	<b>32.595.842</b>	<b>24.165.473</b>	<b>2.999.986</b>	<b>3.681.848</b>	<b>82.462.722</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 01/01/2012</b>		<b>(11.218.141)</b>	<b>(17.538.141)</b>	<b>(17.530.500)</b>	<b>(2.407.998)</b>	<b>(2.142.860)</b>	<b>(50.837.640)</b>
Ajustes conforme IFRS 11			15	6.735		299	7.049
<b>Saldo em 01/01/2012</b>		<b>(11.218.141)</b>	<b>(17.538.126)</b>	<b>(17.523.765)</b>	<b>(2.407.998)</b>	<b>(2.142.561)</b>	<b>(50.830.591)</b>
Despesas de depreciação		(412.714)	(2.085.016)	(706.120)	(160.380)	(230.812)	(3.595.042)
Baixas		4.143	75.056	184.611	67.819	105.931	437.560
Transferências		86	(212)	2	128	(4)	-
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				20.507	301.577		322.084
<b>Saldo em 2012</b>		<b>(11.626.626)</b>	<b>(19.548.298)</b>	<b>(18.024.765)</b>	<b>(2.198.854)</b>	<b>(2.267.446)</b>	<b>(53.665.989)</b>
Despesas de depreciação		(425.341)	(2.162.843)	(811.706)	(135.478)	(220.946)	(3.756.314)
Baixas		3.300	297.076	158.373	7.759	25.326	491.834
Transferências		(2)	(570)	(529)	1.542	(441)	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				39.090	354.459		393.549
<b>Saldo em 2013</b>		<b>(12.048.669)</b>	<b>(21.414.635)</b>	<b>(18.639.537)</b>	<b>(1.970.572)</b>	<b>(2.463.507)</b>	<b>(56.536.920)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 2012</b>	<b>4.127.123</b>	<b>2.319.642</b>	<b>10.633.215</b>	<b>5.246.819</b>	<b>1.349.061</b>	<b>1.136.299</b>	<b>24.812.159</b>
<b>Saldo em 2013</b>	<b>4.569.682</b>	<b>2.401.222</b>	<b>11.181.207</b>	<b>5.525.936</b>	<b>1.029.414</b>	<b>1.218.341</b>	<b>25.925.802</b>
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	6%	4%	13%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

## Informações adicionais

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Oi, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis monta R\$ 7.685.240 (2012 - R\$ 6.652.317), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. INTANGÍVEL**

	Contrato de concessão	Ágio (“Goodwill”)	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Carteiras de clientes	Total
<b>Custo do intangível</b>									
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>1.921.703</b>	<b>81.948</b>		<b>3.927.264</b>	<b>17.932.456</b>	<b>123.592</b>	<b>612.904</b>	<b>381.515</b>	<b>24.981.382</b>
Ajuste conforme IFRS 11				(69.283)			(10.855)		(80.138)
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>1.921.703</b>	<b>81.948</b>		<b>3.857.981</b>	<b>17.932.456</b>	<b>123.592</b>	<b>602.049</b>	<b>381.515</b>	<b>24.901.244</b>
Constituição do intangível em formação			266.773				(266.773)		
Adições			312.481	322.442	396.407	166	316.467		1.347.963
Baixas			(80.172)	(32.499)			(2.190)		(114.861)
Transferências			(207.001)	233.841	(3.781)	(2.278)	(20.781)		
<b>Saldo em 2012</b>	<b>1.921.703</b>	<b>81.948</b>	<b>292.081</b>	<b>4.381.765</b>	<b>18.325.082</b>	<b>121.480</b>	<b>628.772</b>	<b>381.515</b>	<b>26.134.346</b>
Adições			177.302	292.658	78.189		263.945		812.094
Baixas			-	(4.163)			(2.217)		(6.380)
Transferências			(284.996)	235.596			49.400		
<b>Saldo em 2013</b>	<b>1.921.703</b>	<b>81.948</b>	<b>184.387</b>	<b>4.905.856</b>	<b>18.403.271</b>	<b>121.480</b>	<b>939.900</b>	<b>381.515</b>	<b>26.940.060</b>
<b>Amortização acumulada</b>									-
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>(1.213.407)</b>	<b>(8.047)</b>		<b>(2.706.912)</b>	<b>(4.023.354)</b>	<b>(5.831)</b>	<b>(152.694)</b>	<b>(381.515)</b>	<b>(8.491.760)</b>
Ajuste conforme IFRS 11				32.309			6.229		38.538
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>(1.213.407)</b>	<b>(8.047)</b>	<b>0</b>	<b>(2.674.603)</b>	<b>(4.023.354)</b>	<b>(5.831)</b>	<b>(146.465)</b>	<b>(381.515)</b>	<b>(8.453.222)</b>
Despesas de amortização	(50.593)			(443.996)	(1.097.392)	(8)	(128.056)		(1.720.045)
Baixas				13.995			83		14.078
Transferências					(136)	136			
<b>Saldo em 2012</b>	<b>(1.264.000)</b>	<b>(8.047)</b>		<b>(3.104.604)</b>	<b>(5.120.882)</b>	<b>(5.703)</b>	<b>(274.438)</b>	<b>(381.515)</b>	<b>(10.159.189)</b>
Despesas de amortização	(50.593)			(493.715)	(1.095.735)		(349.385)		(1.989.428)
Baixas				3.370			2.074		5.444
Transferências				3			2		5
<b>Saldo em 2013</b>	<b>(1.314.593)</b>	<b>(8.047)</b>		<b>(3.594.946)</b>	<b>(6.216.617)</b>	<b>(5.703)</b>	<b>(621.747)</b>	<b>(381.515)</b>	<b>(12.143.168)</b>
<b>Intangível líquido</b>									
<b>Saldo em 2012</b>	<b>657.703</b>	<b>73.901</b>	<b>292.081</b>	<b>1.277.161</b>	<b>13.204.200</b>	<b>115.777</b>	<b>354.334</b>		<b>15.975.157</b>
<b>Saldo em 2013</b>	<b>607.110</b>	<b>73.901</b>	<b>184.387</b>	<b>1.310.910</b>	<b>12.186.654</b>	<b>115.777</b>	<b>318.153</b>		<b>14.796.892</b>
Taxa anual de amortização (média)				20%	9%	20%			

**Intangíveis de vida útil indefinida**

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) alocados nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) de TV e Meios de pagamento e valores de marcas e patentes alocados na UCG de Provedor de internet RII.

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para provedor de internet RII e 7,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio ("goodwill") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RII	34.630	115.777	150.407	5.502.574
<b>Total</b>	<b>146.513</b>	<b>189.678</b>	<b>336.191</b>	<b>6.883.212</b>

### Licenças regulatórias

	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
<b>Concessão / Autorização</b>			
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz) Oi Móvel e TNL PCS	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Termo Outorga 2013 Oi Móvel Sobras 1.8MHz	30/06/2013	30/04/2023	78.189
Outras licenças			307.377
<b>Total</b>			<b>4.041.011</b>

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 17. FORNECEDORES

	2013	2012
Materiais de infraestrutura e rede	1.329.136	1.027.030
Repasses (interconexão e “cobilling”)	885.592	783.292
Serviços	870.659	573.443
Aluguel de postes e direito de passagem	608.006	900.077
Manutenção de planta	335.763	455.363
Tecnologia da informação	233.934	242.170
Aparelhos e “simcards”	141.654	295.362
“Call Center”	66.932	132.991
Aluguel de espaço físico e equipamentos	43.629	25.609
Comissões de vendas	4.212	86.456
Outros	213.981	136.451
<b>Total</b>	<b>4.733.498</b>	<b>4.658.244</b>

#### 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(Inclui debêntures)

	2013	2012
Financiamentos	26.179.605	25.155.935
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	789.383	575.529
Debêntures	10.520.740	9.790.739
Juros provisionados sobre debêntures	642.845	385.456
Ações preferenciais resgatáveis	743.773	909.054
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais	332.309	331.384
Usufruto de ações	315.406	341.603
Juros sobre usufruto de ações	18.628	7.286
Notas Promissórias	100.000	
Juros sobre notas promissórias	6.547	
Custo de transação incorrido	(536.514)	(616.420)
<b>Total</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>
Circulante	5.150.494	3.740.904
Não circulante	33.962.228	33.139.662

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Empréstimos e financiamentos por natureza

	2013	2012	Vencimento	TIR %
BNDES	6.991.863	7.607.178		
Moeda nacional	5.915.781	6.366.740	Dez/2013 à jul/2021	10,93
Ações preferenciais resgatáveis	1.076.082	1.240.438	Dez/2013 a Dez/2018	10,87
Usufruto de ações	334.034	348.889	Dez/2013 a	13,65
Debêntures públicas	11.163.585	10.176.195	Dez/2013 à Out/2021	11,47
Notas Promissórias	106.547		Julho/2013 a Abril/2014	9,46
Instituições financeiras	21.053.207	19.364.724		
Moeda nacional	6.104.897	6.087.859		
CCB	3.192.051	3.185.647	Dez/2013 a Jan/2028	11,50
"Senior Notes"	1.136.599	1.136.948	Dez/2013 a Set/2016	11,89
CRI	1.428.511	1.360.766	Dez/2013 à Ago/2022	6,85
Outros	347.736	404.498	Dez/2013 à Dez/2033	10,81
Moeda estrangeira	14.948.310	13.276.865		
Linhas de crédito de ECA	4.354.639	4.123.977	Dez/2013 à Mai/2022	8,36
"Senior Notes"	10.593.584	9.152.540	Dez/2013 à Fev/2022	11,40
Outros	87	348	Dez/2013 à Fev/2014	7,88
<b>Subtotal</b>	<b>39.649.236</b>	<b>37.496.986</b>		
Custos de transação incorrido	(536.514)	(616.420)		
<b>Total</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>		

Sigla:

ECA - "Export Credit Agency" (Agência de crédito à exportação)

CCB - Cédula de Crédito Bancário

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

### Custos de transações por natureza

	2013	2012
Instituições financeiras		
Moeda nacional	102.621	127.099
Moeda estrangeira	381.873	428.100
BNDES		
Moeda nacional	5.552	6.564
Debêntures públicas	44.436	52.145
Usufruto de ações	1.995	2.512
Notas Promissórias	38	
<b>Total</b>	<b>536.514</b>	<b>616.420</b>
Circulante	100.077	99.854
Não circulante	436.437	516.566

### Composição da dívida por moeda

	2013	2012
Reais	24.546.285	24.031.803
Dólar Norte-Americano	12.158.610	10.843.700
Euro	2.407.827	2.005.063
<b>Total</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>

### Composição da dívida por indexador

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

	2013	2012
Taxa pré fixada	13.314.169	11.646.287
CDI	12.180.537	11.218.159
TJLP	5.138.940	5.537.503
Libor	3.743.010	3.794.036
IPCA	4.652.511	4.617.389
INPC	83.555	67.192
<b>Total</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>

#### Cronograma de vencimentos

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

2015	3.703.663
2016	5.506.812
2017	7.381.679
2018	3.434.862
2019 e exercícios seguintes	14.371.649
<b>Total</b>	<b>34.398.665</b>

#### Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

2015	97.372
2016	85.349
2017	73.697
2018	66.710
2019 e exercícios seguintes	113.309
<b>Total</b>	<b>436.437</b>

#### Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais juros atualizados, no montante total de R\$ 6.421 milhões.

Abaixo seguem as principais captações e pagamentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

#### Financiamento em moeda nacional

##### Bancos de Desenvolvimento

A Oi e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Em 30 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Oi aprovou a transferência de dívidas com o BNDES, firmadas nos anos de 2005, 2006 e 2009, no montante total de R\$ 845 milhões, para sua controlada indireta TNL PCS. A transferência de dívidas visa obter maior eficiência na gestão da estrutura de capital do Grupo. Em 30 de setembro de 2013, foram assinados os aditivos aos contratos com a anuência do BNDES para a referida transferência.

Em dezembro de 2012, a Oi e suas controladas celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 5.417 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014. Do total da linha contratada, ao final de dezembro de 2012 foram desembolsados R\$ 2.000 milhões (sendo R\$ 566 milhões para a Oi, R\$ 888 milhões para a TMAR, R\$ 412 milhões para a TNL PCS e R\$ 133 milhões para a Oi Móvel). Em outubro de 2013, a Oi e suas controladas desembolsaram R\$ 613,50 milhões (sendo R\$ 150,49 milhões para a Oi, R\$ 306,62 milhões para a TMAR, R\$ 138,74 milhões para a TNL PCS e R\$ 17,65 milhões para a Oi Móvel). Em dezembro de 2013, a Oi e suas controladas desembolsaram R\$ 260 milhões (sendo R\$ 65,21 milhões para a Oi, R\$ 127,01 milhões para a TMAR, R\$ 60,13 milhões para a TNL PCS e R\$ 7,65 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Adicionalmente, a Oi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 1.789 milhões.

#### **CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários**

Em agosto de 2010, a Oi e sua controlada TMAR transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para a Copart 5 e de 162 bens reversíveis para sua subsidiária Copart 4, respectivamente.

A Copart 5 e a Copart 4 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos.

Em junho de 2012, a Copart 5 e a Copart 4 promoveram o resgate antecipado de uma das duas séries do CRI no montante de R\$ 392,5 milhões.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Oi, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na Oi.

#### **Financiamentos em moeda estrangeira**

##### ***“Senior Notes”***

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em fevereiro de 2012, a Oi emitiu “*Senior Notes*” no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Oi transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma “*indenture*” suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Oi possui outras emissões de “*Senior Notes*” em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Oi, que substituiu a TMAR como emissora.

O objetivo dessas captações, que totalizam R\$ 9.152 milhões, é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

#### Linhas de crédito de ECA

A TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em outubro de 2013, foram desembolsados US\$ 9,8 milhões (R\$ 21,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011, finalizando a disponibilidade de recursos a desembolsar deste contrato.

Em junho de 2013, foram desembolsados US\$ 5,6 milhões (R\$ 12,5 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$ 95,7 milhões (R\$ 190,3 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Export Development Canada*” em julho de 2012, e US\$ 21 milhões (R\$ 41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011 e de R\$ 93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$ 43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Nordic Investment Bank*” em julho de 2008.

Em 2012, a TMAR desembolsou US\$ 394,8 milhões (R\$ 784,1 milhões) de contratos de financiamento junto a essas agências. Esse montante é compreendido pelo desembolso de US\$ 291,9 milhões junto ao “*Finnish Export Credit*”, em contratos celebrados em 2009 e 2011; US\$ 14,1 milhões junto a SEK – “*Swedish Export Corporation*”, em um contrato celebrado em

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2011; e US\$ 88,8 milhões junto a ONDD – “Office National Du Ducreire”, em um contrato celebrado em 2010.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “Swedish Export Corporation”; CDB – “China Development Bank”; ONDD – “Office National Du Ducreire”; e FEC – “Finnish Export Credit”.

#### Debêntures públicas e privadas

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	2013	2012
TPART	8ª (1ª série) (i)	R\$1,1 bilhão	2009 a 2013		233.919
TPART	8ª (2ª série) (i)	R\$460 milhões	2014 e 2015	470.382	467.980
TPART	9ª (1ª série)	R\$41 milhões	2015	54.160	49.476
TPART	9ª (2ª série)	R\$38 milhões	2016	50.228	45.884
TPART	9ª (3ª série)	R\$36 milhões	2017	46.837	42.784
TPART	9ª (4ª série)	R\$33 milhões	2018	43.859	40.065
TPART	9ª (5ª série)	R\$31 milhões	2019	41.258	37.688
TPART	10ª (i)	R\$ 500 milhões	2014 a 2018	533.345	530.077
TPART (i)	11ª (i)	R\$ 500 milhões	2019	509.276	507.016
Oi	10ª (ii)	R\$ 1.500 milhões	2019	1.604.207	
Oi(ii)	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.262.961	2.158.069
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.350.976	2.351.458
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.039.569	1.031.926
Oi	5ª (1ª série)	R\$ 1.754 milhões	2013	1.792.259	1.783.127
Oi	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2013	320.088	302.288
Oi	1ª (2ª série) (iii)	R\$ 540 milhões	2013		552.921
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021	44.180	41.517
<b>Debêntures públicas</b>				<b>11.163.585</b>	<b>10.176.195</b>

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

- (i) Em abril e outubro de 2013, a Companhia amortizou os montantes das seguintes debêntures: 8ª emissão (1ª série): R\$239.334 (principal e juros) e juros da 8ª emissão (2ª série): R\$41.280; da 10ª emissão: R\$44.234 e da 11ª emissão: R\$43.415.
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2013, foi aprovada a 10ª. emissão, sendo a 8ª. pública, pela Oi, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 476/2009), no valor de até R\$ 1.500 milhões. Em 27 de março de 2013 a CVM (Cetip) concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em série única. A subscrição e a integralização ocorreram em 28 de março de 2013. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 6 milhões, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.
- (iii) Em março de 2013, a Oi amortizou integralmente o montante de R\$ 559 milhões da 1ª emissão (2ª série) da debênture pública.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Ações preferenciais resgatáveis

Em AGE realizada em 25 de janeiro de 2013, a Companhia aprovou a alteração do art. 7º do Estatuto Social, contemplando as seguintes alterações na forma de cálculo dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis.

As ações preferenciais não têm direito a voto, são resgatáveis a critério de seus titulares ou da Companhia, na forma estabelecida no Art. 44 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social, independentemente de deliberação em assembleia especial, e têm prioridade no recebimento de um dividendo anual fixo cumulativo por ação calculado com base na fórmula abaixo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações:

$$DF = \frac{[5\% * PE \text{ Ações Preferenciais} * \# \text{ Ações Preferenciais} + \sum_{i=1}^n 5\% * NM_i / 12 * PE \text{ Ações Preferenciais Resgatadas}_i * \# \text{ Ações Resgatadas}_i] / \# \text{ Ações Preferenciais.}}$$

Onde:

**DF** = Dividendo fixo anual cumulativo por ação;

**PE Ações Preferenciais** = Valor correspondente ao preço de emissão das Ações Preferenciais, reajustado, a partir da data de integralização das ações, pelo Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, e a partir de 31 de dezembro pela Taxa Referencial - TR até o efetivo pagamento;

**# Ações Preferenciais** = Quantidade de Ações Preferenciais em circulação de emissão da Companhia;

**NM<sub>i</sub>** = Número de meses do ano até a data do resgate das Ações Preferenciais resgatadas pela Companhia;

**PE Ações Preferenciais Resgatadas<sub>i</sub>** = Valor correspondente ao preço de emissão das Ações Preferenciais resgatadas, reajustado, a partir da data de integralização das ações, pelo Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, até a data do respectivo resgate, e a partir de data do resgate pela Taxa Referencial - TR até o efetivo pagamento;

**# de Ações Resgatadas<sub>i</sub>** = Quantidade de Ações Preferenciais resgatadas pela Companhia nas datas "i" conforme abaixo definido;

**i** = 1, 2, ..., n = Datas em que houver resgate de Ações Preferenciais no exercício imediatamente anterior, sendo que, nas hipóteses de resgate que englobe a totalidade e não menos que a totalidade das Ações Preferenciais emitidas pela Companhia

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

("Resgate Total"), o "i" compreenderá as datas de resgate no exercício imediatamente anterior e no exercício do Resgate Total.

Nos meses de abril e outubro de 2013, foram resgatadas, pela Companhia, 133.333 ações preferenciais no valor de R\$165.281, acrescida de juros no montante de R\$55.725. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$58.778 e da parcela equivalente a dividendos fixos no montante de R\$6.106. As ações preferenciais resgatadas foram canceladas.

### **Usufruto de ações**

Nos meses de março, abril e outubro de 2013, a Companhia realizou o pagamento do principal e encargos do contrato de usufruto ao IBBA, totalizando o valor de R\$40.327, sendo R\$15.699, referente ao principal e R\$24.628, referente a juros.

Em 27 de junho de 2013, a Companhia realizou pagamento do principal e encargos do contrato de usufruto do Banco Votorantin, totalizando o valor de R\$11.867, sendo R\$10.585 referente ao principal e R\$1.282, referente a juros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o Termo de Extinção do Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso "Termos de Extinção" firmado em 28 de março de 2011 com o Banco Itaú BBA, em função da potencial transação divulgada por seus acionistas controladores no memorando de entendimentos "MOU" que considera, dentre outros fatores, o planejamento de uma reestruturação societária no sentido de consolidar a aliança industrial entre o Grupo Oi e a Portugal Telecom.

O Termo de Extinção considera que o contrato de usufruto ficará extinto, de pleno direito, deixando de produzir qualquer efeito a partir de uma das datas a seguir indicadas, dentre elas a que ocorrer primeiro: (a) a data em que se concluir o aumento de capital da Oi, que constitui uma das etapas da transação descrita no MOU; OU (b) 31 de outubro de 2014 (Data de Extinção do Usufruto)".

Em até 30 dias úteis após a Data de Extinção do Usufruto, a Companhia obriga-se a pagar ao Itaú BBA, de forma irrevogável e irretroatável, a título de indenização compensatória, o montante equivalente ao preço do usufruto, atualizado, desde a data de pagamento do preço do usufruto, pela taxa CDI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 2,37%. Da Indenização a ser paga, será deduzido todo e qualquer montante já recebido pelo Itaú BBA em decorrência do usufruto, até a data de pagamento da referida indenização, valores estes que serão atualizados, individualmente, desde a data de cada recebimento pelo Itaú BBA, pela taxa CDI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis acrescida de spread de 2,37%., descontando eventuais tributos, custos ou despesas que possam vir a incidir sobre os resultados distribuídos em decorrência do usufruto.

Em decorrência do Termo de Extinção, o montante da dívida e seus custos correspondentes foram transferidos do passivo não circulante para o passivo circulante.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Notas promissórias**

Em AGE realizada em 25 de março de 2013, foi aprovada a 3ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, que possuem as seguintes características: (i) série única, de até 20 notas promissórias comerciais, no valor global de R\$100.000, de emissão da Companhia; (ii) data da emissão em 03/04/13 e vencimento em 03/04/2014 e (iii) remuneração através de 106% da CDI.

### **Garantias**

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 11ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, tendo como garantia o penhor de ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Oi na proporção de 120% do valor da emissão., correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração.

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 10ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, tendo como garantia o penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Oi, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração. A garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretroatável pela Companhia e pela controlada Valverde.

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 9ª emissão e o Usufruto com o Banco Votorantim, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da Valverde, de titularidade da Companhia, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 8ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da Oi, de titularidade da emissora.

O Usufruto IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da Oi em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal acrescido de juros).

Em 8 de abril de 2013, a Companhia contratou com o Banco Bradesco uma carta de fiança no valor de R\$300.000 para garantir as obrigações contidas no Contrato de Subscrição de Ações de emissão da Companhia, firmado em 25 de abril de 2008 com o BNDESPAR. A cata de fiança possui vencimento em 10 de abril de 2014.

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Oi e de suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel. A Oi presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 5.056 milhões.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### “Covenants”

As emissões de debêntures da Companhia exigem cumprimento de índices financeiros que são apurados em bases trimestrais e anuais, conforme cláusula específica das respectivas escrituras de emissão.

A Oi e suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Oi.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 todos os índices foram cumpridos.

### Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em março de 2013, a Oi assinou um contrato de financiamento junto à ONDD (“*Office National Du Ducroire/Nationale DelcredereDienst*”) no valor de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em dezembro de 2012 a Oi, contratou uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de R\$ 1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Oi e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2013	2012
<b>Ativos</b>		
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	1.631.015	702.986
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros	118.264	208.477
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	323.900	77.636
<b>Total</b>	<b>2.073.179</b>	<b>989.099</b>
Circulante	452.234	640.229
Não circulante	1.620.945	348.870
<b>Passivos</b>		
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	355.456	181.392
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros	197.187	145.132
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	14.008	187.773

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013	2012
<b>Total</b>	<b>566.651</b>	<b>514.297</b>
Circulante	409.851	309.555
Não circulante	156.800	204.742

### 20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	2013	2012
SMP	1.484.407	2.020.929
Concessões do STFC		137.068
<b>Total</b>	<b>1.484.407</b>	<b>2.157.997</b>
Circulante	457.173	1.058.881
Não circulante	1.027.234	1.099.116

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

2014	457.173
2015	511.169
2016	511.169
2017	2.331
2018 a 2019	2.565
<b>Total</b>	<b>1.484.407</b>

### 21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	2013	2012
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	1.108.435	1.072.947
REFIS II - PAES	11.869	12.152
<b>Total</b>	<b>1.120.304</b>	<b>1.085.099</b>
Circulante	100.302	99.732
Não circulante	1.020.002	985.367

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros – incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião da reabertura do prazo para adesão levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013 –, são compostos como segue:

	2013				2012
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	272.935	35.199	302.179	610.313	615.841
Imposto de renda	87.518	7.629	91.735	186.882	164.437
PIS	43.286	2.692	34.597	80.575	72.088
INSS – SAT	4.742	3.649	34.813	43.204	46.276
Contribuição social	26.604	2.576	21.499	50.679	41.794
CPMF	17.222	1.711	16.538	35.471	33.225
Outros	48.137	6.460	58.583	113.180	111.438

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>500.444</b>	<b>59.916</b>	<b>559.944</b>	<b>1.120.304</b>	<b>1.085.099</b>
--------------	----------------	---------------	----------------	------------------	------------------

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

2014	100.302
2015	103.419
2016	103.419
2017	103.419
2018	103.419
2019 a 2021	310.257
2022 a 2025	296.069
<b>Total</b>	<b>1.120.304</b>

**(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e inclusão de dívidas levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013**

A Oi e algumas de suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos tributários federais disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Recentemente, com a reabertura do prazo para a inclusão de débitos no aludido programa de parcelamento federal levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013, a Oi e algumas de suas controladas optaram por indicar, para parcelamento, outros débitos vencidos até 30 de novembro de 2008 que, até então, encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Oi e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Oi e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. PROVISÕES

#### Composição do saldo

	<b>Tipo</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>Trabalhista</b>		
(i)	Horas extras	474.910	635.002
(ii)	Indenizações	150.612	214.671
(iii)	Adicionais diversos	128.765	172.869
(iv)	Estabilidade / Reintegração	120.863	180.705
(v)	Complemento de aposentadoria	75.048	98.131
(vi)	Diferenças salariais	56.997	83.478
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	30.969	42.084
(viii)	Verbas rescisórias	24.945	39.605
(ix)	FGTS	10.723	18.420
(x)	Multas trabalhistas	16.758	22.499
(xi)	Vínculo empregatício	5.467	5.161
(xii)	Subsidiariedade	2.292	4.352
(xiii)	Demais ações	43.925	62.161
	<b>Total</b>	<b>1.142.274</b>	<b>1.579.138</b>
	<b>Tributária</b>		
(i)	ICMS	361.540	448.120
(ii)	FUST / FUNTTEL	147.350	142.632
(iii)	ISS	67.350	65.711
(iv)	ILL	19.998	19.478
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	12.462	11.726
(vi)	Demais ações	35.388	80.343
	<b>Total</b>	<b>643.088</b>	<b>768.010</b>
	<b>Cível</b>		
(i)	Societário	2.062.709	2.333.980
(ii)	Estimativas ANATEL	557.960	551.143
(iii)	Multas ANATEL	501.459	449.375
(iv)	Juizado Especial	137.859	108.479
(v)	Demais ações	587.595	645.408
	<b>Total</b>	<b>3.847.582</b>	<b>4.088.385</b>
	<b>Total das provisões</b>	<b>5.632.944</b>	<b>6.435.533</b>
	Circulante	1.223.526	1.569.356
	Não circulante	4.409.418	4.866.177

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

#### Detalhamento do passivo contingente, por natureza

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	2013	2012
Trabalhista	877.287	1.051.868
Tributária	18.100.273	17.294.144
Cível	1.037.903	991.269
<b>Total</b>	<b>20.015.463</b>	<b>19.337.281</b>

#### Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>852.246</b>	<b>1.896.609</b>	<b>4.161.028</b>	<b>6.909.883</b>
Atualização monetária	72.708	137.636	76.664	287.008
Adições / (Reversões)	(85.592)	104.625	421.315	440.348
Baixas por pagamentos /	(169.618)	(462.386)	(569.702)	(1.201.706)
<b>Saldo em 2012</b>	<b>669.744</b>	<b>1.676.484</b>	<b>4.089.305</b>	<b>6.435.533</b>
Atualização monetária	139.698	63.633	43.605	246.936
Adições / (Reversões)	(154.616)	8.223	528.342	381.949
Baixas por pagamentos /	(421.946)	(196.778)	(812.750)	(1.431.474)
<b>Saldo em 2013</b>	<b>232.880</b>	<b>1.551.562</b>	<b>3.848.502</b>	<b>5.632.944</b>

#### Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

##### Provisões

##### Trabalhista

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (iv) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (vi) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.
- (x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;

A Oi ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Oi e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xii) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Oi, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No exercício de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 315.648 (líquido de impostos, no montante de R\$ 208.328).

#### **Tributária**

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL.
  - (iii) ISS - A Oi e a TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
  - (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
  - (v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
  - (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

#### **Cível**

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais n<sup>os</sup> 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Oi, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Oi provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Oi a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Oi, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Oi, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Oi atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição vintenária e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Oi, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2013, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Oi.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Oi, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Passivo contingente**

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

#### **Trabalhista**

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 877.287 (2012 - R\$ 1.051.868).

#### **Tributária**

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 5.865.591 (2012 - R\$ 5.755.124);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.078.234 (2012 - R\$ 1.787.183);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Oi, no montante aproximado de R\$ 1.002.090 (2012 - R\$ 956.585); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 9.049.991 (2012 - R\$ 8.761.255).

#### **Cível**

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.037.903 (2012 - R\$ 991.269).

#### **Garantias**

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Oi possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 15.498.243 (2012 - R\$ 14.766.928). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

### Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Oi, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial com o objetivo de autorizar a compensação, nos termos da Lei n.º 9.430/96, dos valores recolhidos a título de PIS/COFINS com base nos artigos 2º e 3º da Lei n.º 9.718/98 em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, atualizados pela taxa SELIC. Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou a majoração da base de cálculo. A Oi aguarda o julgamento dos processos, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Oi, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 22.007 (2012 - R\$ 22.000).

## 23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	2013	2012
Receitas a apropriar (Nota 29)	2.387.336	691.789
Adiantamento de clientes	485.619	780.264
Compra de participação acionária	418.069	
Consignação a favor de terceiros	59.291	41.415
Provisão para desmobilização de ativos	14.256	218.516
Ações bonificadas a resgatar		99.967
Valores a pagar - grupamento de ações	8.881	21.845
Outros	7.810	154.538
<b>Total</b>	<b>3.381.262</b>	<b>2.008.334</b>
Circulante	847.810	1.438.329
Não circulante	2.533.452	570.005

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.921.142 (R\$ 1.921.141 em 2012), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2013	2012
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	3.176.274	2.923.545
Ações preferenciais	600	733
<b>Total</b>	<b>3.176.874</b>	<b>2.924.278</b>

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações preferenciais		
<b>Total</b>		
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	3.176.274	2.923.545
Ações preferenciais	600	733
<b>Total</b>	<b>3.176.874</b>	<b>2.924.278</b>

Em AGE realizada em 21 de agosto de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$100.000, mediante a emissão de 252.729.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,395680548543657 por ação, equivalente ao valor patrimonial por ação da Companhia, fixado de acordo com as disposições do art. 170, §1º, da Lei nº 6.404/76. Do preço de emissão total, o valor de R\$1 foi destinado à conta de capital social, e o saldo, no valor de R\$ 99.999, foi destinado à conta de reserva de capital. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, pela totalidade dos acionistas de acordo com a proporção de ações ordinárias por cada um detida, sendo 66.908.889 integralizadas em dinheiro e 185.820.239 integralizadas mediante a conferência de 18.289.917 ações preferenciais de emissão da Oi, com base no Laudo de Avaliação, as quais foram transferidas para a titularidade da Companhia, tudo nos termos e condições descritos nos Boletins de Subscrição, ora assinados, e que estão arquivados na sede da Companhia.

#### (b) Ações Preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis na data de 30 de setembro de 2013 são originadas da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008, quando a Companhia aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616, ora emitidas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. As ações preferenciais gozam de preferências, direitos e vantagens.

Ao adotar as regras do BR GAAP atual IAS 32, as ações preferenciais foram reclassificadas de instrumento patrimonial para instrumento financeiro no passivo, contra uma conta retificadora de patrimônio líquido, uma vez que as mesmas estão compondo o capital social da Companhia

Em abril e outubro de 2013, o BNDESPAR resgatou 133.332 ações preferenciais no montante de R\$165.281. As ações resgatadas foram canceladas pela Companhia.

#### (c) Reserva de capital

##### Reserva de ágio na subscrição de ações

Refere-se ao saldo excedente dos aumentos de capital realizados em 18 de março de 2011 e 21 de agosto de 2013, no valor de R\$738.568, destinado à conta de reserva de capital em ágio na subscrição de ações e ao aumento de capital descrito na Nota 17 (a).

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

No mês de outubro de 2013, a Companhia utilizou o montante de R\$30.815 para absorver parte do valor do cancelamento das ações em tesouraria, que foram resgatadas pelo BNDESPAR, em virtude da insuficiência de saldo na conta de Reserva de Fundo de Resgate.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de Reserva de Capital era de R\$708.383 (R\$638.569 em 31 de dezembro de 2012)

#### **(d) Reservas de lucros**

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. Em virtude do prejuízo apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta no valor de R\$2.195 foi utilizado para a absorção parcial do prejuízo apurado.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Esta reserva será utilizada para a realização de investimentos de seu interesse, tais como o exercício do direito de preferência na subscrição de aumento de capital das subsidiárias da Companhia, a aquisição e/ou o aumento de participação em outras sociedades.

Reserva de fundo de resgate: formada pelo percentual do lucro líquido apurado pela Companhia em cada exercício social, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de modo a permitir que o Fundo de Resgate alcance o valor suficiente para a realização do resgate das Ações Preferenciais programado para os 12 (doze) meses subsequentes, acrescido do montante necessário para o pagamento dos dividendos fixos das Ações Preferenciais do exercício subsequente, para a qual serão destinados todos e quaisquer recursos financeiros recebidos pela Companhia em razão da sua participação como sócia quotista ou acionista, especialmente os dividendos recebidos e juros sobre capital próprio de suas controladas ou coligadas, enquanto não tiverem sido resgatadas a totalidade das Ações Preferenciais de emissão da Companhia e para o fim de assegurar o pagamento do resgate e dos dividendos fixos das Ações Preferenciais.

#### **(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou prejuízo no exercício, não havendo distribuição de dividendos no exercício.

#### **(f) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido**

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (f.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários).

### (f.2) Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações reflexo e as ações em tesouraria reflexas, relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e os ganhos e perdas atuarias reflexos da Oi.

### (g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou perdas reflexas de R\$25.211 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de "hedge" (Nota 3), líquidos de imposto de renda, na sua Oi e suas controladas.

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações preferenciais resgatáveis	Total
<b>Saldos em 2012</b>	<b>(289.396)</b>	<b>(11.886)</b>	<b>(366.305)</b>	<b>(909.055)</b>	<b>(1.576.642)</b>
Custo reflexo de emissão de ações			10		10
Perda reflexa de contabilidade de "hedge"		(25.511)			(25.511)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis				165.281	165.281
Ganho em transação de capital com controladores	133.206				133.206
Ganhos atuariais		21.236			21.236
Outros efeitos de controladores direto ao patrimônio líquido	463				463
<b>Saldos em 2013</b>	<b>(155.727)</b>	<b>(16.161)</b>	<b>(366.295)</b>	<b>(743.774)</b>	<b>(1.281.957)</b>

### (b) Prejuízo por ação básico e diluído

#### Básico

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

### Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2013	2012	2011
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(270.655)</b>	<b>(297.452)</b>	<b>(469.237)</b>
<b>Média ponderada das ações em circulação</b>	<b>3.015.630</b>	<b>2.924.398</b>	<b>2.876.879</b>
<b>(Em milhares de ações)</b>			
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>			
básicas e diluídas	(0.08975)	(0.10171)	(0.16311)

## 25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### (a) Fundos de pensão

A Oi e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2013.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Oi, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

### Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	2013	2012
Planos BrTPREV	640.145	865.910
Plano PAMEC	3.417	4.877
<b>Total</b>	<b>643.562</b>	<b>870.787</b>
Circulante	184.295	103.666
Não circulante	459.267	767.121

### Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Oi reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2013	2012
Plano TCSPREV	69.793	83.019
<b>Total</b>	<b>69.793</b>	<b>83.019</b>
Circulante	9.596	9.311
Não circulante	60.197	73.708

### Características dos planos de previdência complementar patrocinados

#### 1) FATL

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

#### **Planos**

##### **(i) BrTPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **(ii) PBS-Telemar**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

### **(iii) TelemarPrev**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

### **(iv) TCSPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros,

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

## **2) SISTEL**

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

### **Planos**

#### **(i) PBS-A**

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

#### **(ii) PBS-TNCP**

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 5,39% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 6,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

#### **(iii) CELPREV**

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

### 3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Oi

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Oi, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Oi.

### Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.916.503	415.262	227.664	2.318.635
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	25.198	65.793	8.220	404.307
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.941.701</b>	<b>481.055</b>	<b>235.884</b>	<b>2.722.942</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(1.301.556)</b>	<b>(1.442.656)</b>	<b>(264.224)</b>	<b>(3.203.900)</b>
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>640.145</b>	<b>(961.601)</b>	<b>(28.340)</b>	<b>(480.958)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	28.340	480.958
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup></b>	<b>640.145</b>	<b>(69.793)</b>		

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.222.876	476.262	265.881	2.641.209
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	39.648	95.523	11.516	625.647
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>2.262.524</b>	<b>571.785</b>	<b>277.397</b>	<b>3.266.856</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(1.396.614)</b>	<b>(1.543.104)</b>	<b>(323.480)</b>	<b>(3.526.899)</b>

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		888.300	46.083	260.043
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup></b>	<b>865.910</b>	<b>(83.019)</b>		

<sup>(1)</sup> A Oi determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Oi, no valor de R\$ 69.793 (2012 - R\$ 83.019), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>2.262.524</b>	<b>571.785</b>	<b>277.397</b>	<b>3.266.856</b>
Juros sobre obrigações atuariais	194.093	49.310	23.839	282.499
Custo do serviço corrente	782	1.836	235	12.197
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(160.633)	(35.504)	(18.309)	(203.607)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(355.065)	(106.372)	(47.330)	(635.003)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>1.941.701</b>	<b>481.055</b>	<b>235.884</b>	<b>2.722.942</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>1.396.614</b>	<b>1.543.104</b>	<b>323.480</b>	<b>3.526.899</b>
Rendimentos dos ativos do plano	121.714	135.651	27.942	305.614
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	116.803			
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	
Patrocinadora			85	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(160.633)	(35.504)	(18.309)	(203.607)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(172.942)	(200.595)	(69.026)	(425.006)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>1.301.556</b>	<b>1.442.656</b>	<b>264.224</b>	<b>3.203.900</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>640.145</b>	<b>(961.601)</b>	<b>(28.340)</b>	<b>(480.958)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	28.340	480.958
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>640.145</b>	<b>(69.793)</b>		

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>1.905.007</b>	<b>471.813</b>	<b>230.190</b>	<b>2.621.700</b>
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Contribuições de participantes vertidas no ano			50	
Benefícios pagos líquidos	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	319.212	82.598	40.249	605.658
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>2.262.524</b>	<b>571.785</b>	<b>277.397</b>	<b>3.266.856</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>1.213.900</b>	<b>1.376.344</b>	<b>296.076</b>	<b>3.205.748</b>
Rendimentos dos ativos do plano	120.129	140.828	29.782	323.401
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Contribuições normais recebidas pelo plano			143	
Patrocinadora			93	
Participantes			50	
Pagamento de benefícios	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	121.139	57.699	13.704	232.253
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>1.396.614</b>	<b>1.543.104</b>	<b>323.480</b>	<b>3.526.899</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>865.910</b>	<b>(971.319)</b>	<b>(46.083)</b>	<b>(260.043)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		888.300	46.083	260.043
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>865.910</b>	<b>(83.019)</b>		

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente	782	1.837	235	12.197
Juros sobre obrigações atuariais	194.092	49.310	23.839	282.499
Rendimento dos ativos do plano	(121.714)	(135.651)	(27.942)	(305.614)
Juros sobre o passivo oneroso		76.507	4.096	23.115
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(12.197)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	<b>73.160</b>	<b>(7.997)</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(182.121)	48.826		
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	<b>(108.961)</b>	<b>40.829</b>		

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Rendimento dos ativos do plano	(120.128)	(140.828)	(29.782)	(323.401)
Juros sobre o passivo oneroso		80.962	6.820	60.460
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(171)	(11.060)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	<b>71.566</b>	<b>(10.725)</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	198.072	13.056		
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	<b>269.638</b>	<b>2.331</b>		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2014, são no montante de R\$ 122.534.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	5,5% a 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	4,5% a 14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	1,21% a 11,69%

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

#### Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.727.809	3.417	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			1.968	117
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>3.727.809</b>	<b>3.417</b>	<b>24.197</b>	<b>117</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(6.968.153)</b>		<b>(45.312)</b>	<b>(1.668)</b>
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(3.240.344)</b>	<b>3.417</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(1.551)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.868.573		21.115	1.551
<b>(=) Passivo/ (Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(371.771)</b>	<b>3.417</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>3.417</b>		

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>4.269.767</b>	<b>4.877</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(6.717.801)</b>		<b>(53.299)</b>	<b>(1.933)</b>
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.448.034)</b>	<b>4.877</b>	<b>(24.729)</b>	<b>(1.805)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.066.153		24.729	1.805
<b>(=) Passivo/ (Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(381.881)</b>	<b>4.877</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>4.877</b>		

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>4.269.767</b>	<b>4.877</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
Juros sobre obrigações atuariais	365.303	426	2.464	11
Custo do serviço corrente			82	5
Benefícios pagos líquidos	(380.863)	(253)	(1.929)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			23	5
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(526.398)	(1.633)	(5.013)	(32)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>3.727.809</b>	<b>3.417</b>	<b>24.197</b>	<b>117</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>6.717.801</b>		<b>53.299</b>	<b>1.933</b>
Rendimento esperado no ano	582.933		4.664	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		253	62	9

# Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrocinadora		253	39	4
Participantes			23	5
Pagamento de benefícios	(380.863)	(253)	(1.929)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	48.282		(10.784)	(446)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>6.968.153</b>		<b>45.312</b>	<b>1.668</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(3.240.344)</b>	<b>3.417</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(1.551)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.868.573		21.115	1.551
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(371.771)</b>	<b>3.417</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>3.417</b>		

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>3.650.439</b>	<b>3.720</b>	<b>23.020</b>	<b>157</b>
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Custo do serviço corrente			44	7
Benefícios pagos líquidos	(321.254)	(135)	(1.610)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			37	4
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	567.834	914	4.778	(56)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735			
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>4.269.767</b>	<b>4.877</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>5.694.180</b>		<b>40.069</b>	<b>1.657</b>
Rendimento esperado no ano	573.574		4.068	171
Contribuições normais recebidas pelo plano		135	59	9
Patrocinadora		135	22	5
Participantes			37	4
Pagamento de benefícios	(321.254)	(135)	(1.610)	
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091			
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	756.210		10.713	96
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>6.717.801</b>		<b>53.299</b>	<b>1.933</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.448.034)</b>	<b>4.877</b>	<b>(24.729)</b>	<b>(1.805)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.066.153		24.729	1.805
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(381.881)</b>	<b>4.877</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>4.877</b>		

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente		426	82	5
Juros sobre obrigações atuariais	365.304		2.464	11
Rendimento dos ativos do plano	(582.934)		(4.664)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	183.681		2.199	160
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	33.949		(81)	(5)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>		<b>426</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	44.059	(1.632)	(42)	(1)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(44.059)		42	1
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>		<b>(1.206)</b>		

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente			44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento dos ativos do plano	(573.573)		(4.069)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	36.384		1.765	155
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	174.176		(41)	(7)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>		<b>378</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	177.409	914	(19)	(2)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(177.409)		19	2
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>		<b>1.292</b>		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2014, são no montante de R\$ 25.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,5%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	N/A	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

N.A. = Não aplicável.

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2013 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2013, ambos projetados para 31 de dezembro de 2013.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

#### Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	80,00%	80,00%	78,90%	85,27%	80,00%	80,00%	71,54%
Renda variável	8,00%	8,00%	17,24%	13,41%	8,00%	8,00%	19,35%
Investimentos estruturados	10,00%	10,00%	-	0,02%	10,00%	10,00%	0,08%
Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	1,00%	1,00%	-	-	1,00%	1,00%	7,88%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,86%	1,30%	1,00%	1,00%	1,15%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Oi e suas controladas registraram reversões das provisões para participações dos empregados nos lucros, líquida das constituições relativas ao exercício em curso, no montante total de R\$ 112.448 (vide Nota 6).

A referida reversão foi registrada contabilmente, em conformidade com a determinação do Conselho de Administração e mediante a análise do cumprimento das metas estabelecidas.

### (c) Remuneração baseada em ações

A Companhia requereu a aprovação da CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/1980. Em 3 de dezembro de 2013, o Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP – Incentivo de Longo Prazo, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, tendo em vista a nova configuração societária que poderá resultar da implementação da operação de união de atividades da Oi e da Portugal Telecom, a Oi está avaliando reformular seu plano de Remuneração Baseada em Ações.

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

- Telefonia fixa/dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G/4G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) “Call Center”, que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de “telemarketing” e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (“Direct to home”), e (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	Fixa / Dados									
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receitas	20.400.876	20.091.509	12.186.970	12.544.178	1.702.143	1.149.453	(5.867.842)	(5.653.468)	28.422.147	28.131.672
Custos dos serviços prestados	(13.403.495)	(14.431.153)	(7.481.959)	(6.283.740)	(986.351)	(559.519)	5.287.265	5.386.144	(16.584.540)	(15.888.268)

**Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Interconexão	(5.395.396)	(6.528.231)	(2.515.456)	(2.401.492)	(4.061)	(7.133)	3.949.290	4.522.375	(3.965.623)	(4.414.481)
Depreciação e amortização	(2.860.079)	(3.019.968)	(2.045.431)	(1.539.598)	(79.072)	(68.506)			(4.984.582)	(4.628.072)
Serviço de manutenção de rede	(2.146.925)	(2.076.809)	(389.967)	(350.164)	(4.022)	(3.608)	168.774	144.683	(2.372.140)	(2.285.898)
Aluguéis e seguros	(1.569.168)	(1.475.180)	(1.142.147)	(650.255)	(88.642)	(42.930)	1.167.748	716.041	(1.632.209)	(1.452.325)
Custos de aparelhos e acessórios			(515.377)	(541.550)		(723)		291	(515.377)	(541.982)
Outros custos e despesas	(1.431.927)	(1.330.965)	(873.581)	(800.681)	(810.554)	(436.619)	1.453	2.754	(3.114.609)	(2.565.511)
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.997.381</b>	<b>5.660.356</b>	<b>4.705.011</b>	<b>6.260.438</b>	<b>715.792</b>	<b>589.934</b>	<b>(580.577)</b>	<b>(267.324)</b>	<b>11.837.607</b>	<b>12.243.404</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>	<b>(4.374.510)</b>	<b>(6.095.631)</b>	<b>(3.584.726)</b>	<b>(3.110.277)</b>	<b>(684.438)</b>	<b>(508.165)</b>	<b>605.839</b>	<b>537.160</b>	<b>(8.037.835)</b>	<b>(9.176.913)</b>
<b>Comercialização de serviços</b>	<b>(3.511.430)</b>	<b>(3.353.688)</b>	<b>(2.411.162)</b>	<b>(2.229.671)</b>	<b>(373.836)</b>	<b>(484.987)</b>	<b>742.537</b>	<b>650.631</b>	<b>(5.553.891)</b>	<b>(5.417.716)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(412.200)	(291.987)	(425.288)	(287.947)	(90.724)	(16.582)	78.433	111	(849.779)	(596.405)
Comissão de vendas	(648.710)	(772.097)	(807.543)	(963.975)	(83.381)	(95.922)	80.956	136.069	(1.458.678)	(1.695.925)
Central de atendimento	(1.078.110)	(897.902)	(283.264)	(295.837)	(37.399)	(66.217)	511.140	402.649	(887.633)	(857.307)
Postagem e cobrança	(430.134)	(464.826)	(115.109)	(112.304)	(15.997)	(16.577)		402	(561.240)	(593.305)
Publicidade e propaganda	(138.562)	(172.754)	(460.782)	(340.123)	(26.012)	(38.842)	68.820	65.349	(556.536)	(486.370)
Outros serviços de terceiros	(215.259)	(213.312)	(53.361)	(63.522)	(5.670)	(8.615)	14.671	19.193	(259.619)	(266.256)
Outros custos e despesas	(588.455)	(540.811)	(265.815)	(165.963)	(114.653)	(242.232)	(11.483)	26.858	(980.406)	(922.148)
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(2.501.842)</b>	<b>(2.431.523)</b>	<b>(924.886)</b>	<b>(760.156)</b>	<b>(259.510)</b>	<b>(192.567)</b>	<b>10.244</b>	<b>8.899</b>	<b>(3.675.994)</b>	<b>(3.375.348)</b>
<b>Outras receitas operacionais (despesas), líquidas</b>	<b>1.656.512</b>	<b>(294.872)</b>	<b>(248.678)</b>	<b>(120.450)</b>	<b>(51.092)</b>	<b>169.390</b>	<b>(146.942)</b>	<b>(122.370)</b>	<b>1.209.800</b>	<b>(368.301)</b>
Outras receitas operacionais	3.149.056	1.722.692	353.950	352.912	11.471	255.609	(386.433)	(141.502)	3.128.044	2.189.711
Outras despesas operacionais	(1.492.544)	(2.017.564)	(602.628)	(473.362)	(62.563)	(86.219)	239.491	19.132	(1.918.244)	(2.558.013)
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>(17.750)</b>	<b>(15.548)</b>							<b>(17.750)</b>	<b>(15.548)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>2.622.871</b>	<b>(435.275)</b>	<b>1.120.285</b>	<b>3.150.161</b>	<b>31.354</b>	<b>81.769</b>	<b>25.262</b>	<b>269.836</b>	<b>3.799.772</b>	<b>3.066.491</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.956.688)</b>	<b>(3.046.664)</b>	<b>(316.437)</b>	<b>758.939</b>	<b>(289.205)</b>	<b>(331.121)</b>	<b>(25.262)</b>	<b>(269.836)</b>	<b>(3.587.592)</b>	<b>(2.888.682)</b>
Receitas financeiras	1.506.410	2.168.122	333.530	963.872	66.669	121.366	(510.813)	(887.942)	1.395.796	2.365.418
Despesas financeiras	(4.463.098)	(5.214.786)	(649.967)	(204.933)	(355.874)	(452.488)	485.551	618.106	(4.983.388)	(5.254.100)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(333.817)</b>	<b>(3.481.939)</b>	<b>803.848</b>	<b>3.909.100</b>	<b>(257.851)</b>	<b>(249.351)</b>		<b>(0)</b>	<b>212.180</b>	<b>177.808</b>
Imposto de renda e contribuição social	174.600	1.022.643	(130.140)	(1.010.686)	(81.601)	(77.376)			(37.141)	(65.419)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(159.217)</b>	<b>(2.459.296)</b>	<b>673.708</b>	<b>2.898.414</b>	<b>(339.452)</b>	<b>(326.727)</b>		<b>(0)</b>	<b>175.039</b>	<b>112.389</b>
Lucro líquido atribuído ao controlador									(270.655)	(297.452)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores									445.694	409.841
<b>Informações adicionais</b>										
Serviços prestados	18.494.348	18.623.719	8.213.314	8.313.556	1.131.715	759.069			27.839.377	27.696.344
Vendas			582.770	435.328					582.770	435.328
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>18.494.348</b>	<b>18.623.719</b>	<b>8.796.084</b>	<b>8.748.884</b>	<b>1.131.715</b>	<b>759.069</b>			<b>28.422.147</b>	<b>28.131.672</b>
<b>Receita entre segmentos</b>	<b>1.906.528</b>	<b>1.481.676</b>	<b>3.390.886</b>	<b>3.795.294</b>	<b>570.428</b>	<b>390.384</b>				
<b>Receita total</b>	<b>20.400.876</b>	<b>20.105.395</b>	<b>12.186.970</b>	<b>12.544.178</b>	<b>1.702.143</b>	<b>1.149.453</b>				
Depreciações e amortizações	3.503.426	2.981.468	2.141.203	1.551.746	101.113	100.176			5.745.742	4.633.390
Acréscimos de imobilizado intangível	5.928.463	3.769.102	3.595.845	2.593.483	3.342.128	113.807			12.866.436	6.476.392
<b>Informações patrimoniais</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>
Ativos	94.600.062	93.660.271	19.628.557	23.571.370	8.061.772	7.926.737	(43.885.042)	(46.171.629)	78.405.349	78.986.749

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas consolidadas

	2013	2012
--	------	------

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Passivo</b>		
Empréstimos e financiamentos		
BNDES PAR	1.076.082	1.240.438

	2013	2012
<b>Despesas financeiras</b>		
Dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis		
BNDES PAR	(57.407)	(58.778)
Atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis		
BNDES PAR	(64.122)	(71.063)
BNDES PAR		(6.106)

#### Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Oi para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2012 – 115% do CDI).

#### Debêntures privadas a pagar

Em função da Reorganização Societária, aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 9 de dezembro de 2008 e 15 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.500.000 e R\$ 2.500.000, respectivamente, subscritas pela TNL PCS, foram incorporadas pela Oi. Os prazos finais de vencimento das debêntures eram 11 de dezembro de 2013 e 15 de março de 2016, sem amortizações intermediárias e remuneração de CDI + 4,0% a.a. e 115% do CDI, respectivamente.

A Oi incorporou também debênture emitida pela TMAR, em 10 de novembro de 2010, e subscrita pela Copart 4, no valor de R\$ 999.295, com prazo final de vencimento em 10 de junho de 2022. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022. Em junho de 2012 a Oi amortizou antecipadamente o montante de R\$ 128.386.

#### Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR, TNL PCS e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

#### Garantias

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Oi é avalista das controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Oi registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 74.079 (2012 - R\$ 43.172). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 425 (2012 - R\$ 492).

#### Transações com partes relacionadas não consolidadas

	2013	2012
<b>Ativo</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>19.237</b>	<b>11.526</b>
Portugal Telecom	10.272	4.248
Unitel	1.855	2.278
Contax S.A	6.540	4.930
TODO	570	
PT Inovação		70

	2013	2012
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>57.626</b>	<b>48.214</b>
Portugal Telecom	2.006	1.084
Contax	27.625	25.179
TODO	19.692	16.957
Ability		400
PT Inovação	7.384	4.523
Veotex	919	71
<b>Dividendos a pagar</b>		<b>135.350</b>
Bratel Brasil S.A.		69.391
AG Telecom Participações S.A.		20.274
LF Tel. S.A.		20.276
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		16.038
BNDES Participações S.A. BNDESPAR		7.120
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF		1.870
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS		381

	2013	2012
<b>Receita</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>42.727</b>	<b>50.145</b>
Portugal Telecom	11.348	9.012
Unitel	1.116	17.472
Contax	27.383	20.272

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

TODO	2.169	1.319
Ability	711	2.070

	2013	2012
<b>Custos/Despesas</b>		
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(77.652)</b>	<b>(901.761)</b>
Portugal Telecom	(2.268)	(178)
Contax		(1.507.228)
PT Inovação	(8.559)	717.898
PT Sistemas de Informação	(375)	(513)
PT Comunicações	(892)	
Veotex	(9.642)	(7.110)
TODO	(31.742)	(59.140)
Ability	(24.174)	(45.490)

#### Serviços prestados pela Contax

A Oi e as controladas TMAR, Oi Móvel e TNL PCS contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da Companhia. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 1.602.170 (2012 – R\$ 1.279.551).

#### Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (2012 – 13,05%) do capital votante da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 6.992 milhões (2012 – R\$7.607 milhões) e foram registradas despesas financeiras de R\$586 milhões (2012 – R\$587 milhões).

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$20.593 (2012 – R\$22.594).

## 28. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores

## Telemar Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	2013	2012
<b>Modalidade de seguro</b>		
Riscos operacionais e lucros cessantes	600.000	500.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	187.408	163.480
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Garantia de concessão - TMAR	49.551	75.227
Garantia de concessão - Oi	16.694	28.616
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2013 (ptax): R\$ 2,3426 x US\$ 1,00

## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Alteração do Diretor Presidente

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Oi, atendendo indicação da Companhia., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Oi, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Oi, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa “holding” do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos “workstreams” conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

### Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Oi e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Cessão do direito de exploração comercial de torres**

Em 11 e 19 de abril de 2013 e 12 de julho de 2013, a Oi e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,78 bilhões.. Os valores recebidos antecipadamente em conexão com a transação de cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas foram registrados como Receitas a apropriar e são reconhecidos ao resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

### **Desapropriação de imóvel**

Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Oi.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$ 210.000 a título de indenização, apresentado na rubrica de Demais ativos. A Oi registrou um ganho de R\$ 173.459, registrado em outras receitas operacionais.

### **Alteração na Política de Remuneração ao Acionista para os exercícios sociais de 2013-2016**

Em 13 de agosto de 2013, a Oi, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 358/2002, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a flexibilidade financeira da Oi e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas (“Política de Remuneração”) divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos:

- (I) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;
- (II) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.

Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Oi então prevalecentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

O pagamento ocorreu em 11 de outubro de 2013, tendo como base a posição acionária de 27 de setembro de 2013.

### **Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom**

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. (“Portugal Telecom”), a AG Telecom Participações S.A. (“AG”), a LF Tel. S.A. (“LF”), a PASA Participações S.A. (“PASA”), a EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”), a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), a Avistar, SGPS, S.A. (“BES”) e a Nivalis Holding B.V. (“OnGoing”) celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia (“CorpCo”), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que poderá ser a Telemar Participações S.A. (“TelPart”) ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da TelPart, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

- (a) Aumento de capital da Oi no valor mínimo de R\$ 13,1 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 14,1 bilhões, a ser realizado mediante a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais da Oi, do qual o montante mínimo de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 8,0 bilhões, será integralizado em dinheiro e aproximadamente R\$ 6,1 bilhões serão integralizados pela Portugal Telecom, ao mesmo preço por ação, através da contribuição de ativos da Portugal Telecom;
- (b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento;
- (c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;
- (d) Listagem das ações da CorpCo no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(e) Incorporação das ações da Oi na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;

(f) Incorporação da Portugal Telecom pela CorpCo. No momento da sua incorporação na CorpCo, além das ações da CorpCo de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;

(g) Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da CorpCo equivalente ao número de ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior. Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

### **Transferência de torres móveis**

Em 3 de dezembro de 2013, a Oi firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A conclusão desta transação está prevista para ocorrer em 2014.

## **30. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Linha de crédito com o Banco Itaú BBA**

Em 14 de janeiro de 2014, a Companhia acordou com o Banco Itaú BBA uma proposta firme para linha de crédito rotativo no valor total de até R\$260.000. O fechamento e a contratação do financiamento estão sujeitos, principalmente, a elaboração e assinatura de documentação legal que ampare o financiamento, devidamente assinada pelas partes e na ausência de mudança na

## **Telemar Participações S.A. e sociedades controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

legislação ou regulamentação aplicáveis ao mercado financeiro ou às operações da espécie tratadas na proposta em referência que justificadamente impossibilite o financiamento ou cause prejuízo ao Itaú BBA ou à Companhia.

#### **Celebração de contrato de mútuo**

Em 10 de janeiro de 2014, a Valverde firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$5.000, com remuneração pela taxa de juros prefixada à razão da variação de 106% do CDI Cetip Diário, incidente no período compreendido entre a data de saque e a data do efetivo pagamento do débito, cujo vencimento será no dia 30 de abril de 2014.

#### **Extinção da controlada Bakarne**

Em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi aprovada a extinção da Bakarne

#### **Incorporação da TNL PCS**

Em 1 de fevereiro de 2014 foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TNL PCS (operadora móvel das regiões 1 e 3) e da Oi Móvel (operadora móvel da região 2) que deliberaram sobre a incorporação da primeira pela segunda, sendo extinta a TNL PCS.